

SUMÁRIO

A FORMAÇÃO DOCENTE DESENVOLVIDA NA ESCOLA: ALGUNS DESAFIOS DA ATUALIDADE.....	2
ESTÁGIO SUPERVISIONADO: PESQUISA E MOBILIZAÇÃO DE SABERES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE	11
SEXUALIDADE: UMA DISCUSSÃO COM PAIS, ALUNOS E PROFESSORES DA 7ª SÉRIE DA ESCOLA ALBERT EINSTEIN DE JACIARA SOBRE O TEMA TRANSVERSAL SEXUALIDADE.....	19
REFLEXÃO SOBRE O ATO DE EDUCAR A LUZ DE SABERES E COMPETÊNCIAS DA DOCÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE, SUBTÍTULO: SALA DE PROFESSOR	31
A IMPORTÂNCIA DO MARKETING DE RELACIONAMENTO PARA AS ORGANIZAÇÕES: FOCO NO CLIENTE EXTERNO.....	47
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES	59
A IMPORTÂNCIA DO CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT	69
AS INFLUÊNCIAS PSICOLÓGICAS QUE PODEM INFLUENCIAR O CONTADOR GERENCIAL NA ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS PARA TOMADA DE DECISÃO.....	78
A IMPORTÂNCIA DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	90
ORÇAMENTARIO PÚBLICO DO MUNICIPIO DE JACIARA-MT PARA A PARA A POPULAÇÃO NA GESTÃO 2009, 2010 E 2011.....	90

A FORMAÇÃO DOCENTE DESENVOLVIDA NA ESCOLA: ALGUNS DESAFIOS DA ATUALIDADE.

Elizabete Gaspar de Oliveira¹

RESUMO

Este artigo apresenta alguns resultados obtidos na pesquisa de mestrado realizado no período de 2009 a 2010. A mesma teve como objeto de investigação a formação continuada dos professores oferecida no interior das escolas públicas municipais de Rondonópolis/MT. Nesta construção dialogou-se com autores da educação para o pensar que discutem a importância da formação no coletivo da escola, buscando fortalecer a autonomia do grupo para serem atores e construtores de sua própria prática. Para tanto, trabalhamos com amostragem, onde aplicou-se questionários para professores e equipe gestora de 2 escolas. A análise dos dados teve como abordagem de discussão as abordagens quanti-qualitativa de pesquisa. Portanto, concluiu-se que a maioria dos professores não reconhece este espaço como necessário ao seu desenvolvimento. O planejamento destes estudos é realizado pela equipe gestora sem a presença dos professores. Acabam discutindo assuntos que atendem a demanda dos órgãos superiores, deixando para o segundo plano a necessidade da escola. A formação continuada na escola continua sendo “algo” distanciado dos reais problemas do cotidiano de professores e alunos. Portanto, estes resultados sugerem que o coletivo de cada unidade de ensino busque em leituras, discussões sobre a importância deste estudo coletivo para fortalecer a autonomia do grupo e pensar uma proposta que busque diminuir a desigualdade social.

PALAVRAS CHAVES: Formação continuada, trabalho coletivo, autonomia de professor.

¹ Professora no curso de Pedagogia da Faculdade Eduvale – Jaciara/MT Especialista em Planejamento Educacional pela Faculdade Salgado de Oliveira/RJ Mestranda em Educação – U.T.C.D - Universidad Técnica De Comerciazación Y Dessarollo/ Filial Pedro Juan Caballero elisabetegasparo@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A motivação que sustentou a elaboração desta proposta de pesquisa surgiu de alguns questionamentos em torno da necessidade de efetivação de práticas educativas reflexivas a serem construídas na formação dos educadores, no cenário das escolas públicas municipais de Rondonópolis-MT.

A melhoria nos resultados da qualidade de ensino também requer nova concepção do educador, pois sua ação demanda de pesquisas e formação contínua. Neste sentido, este estudo pretende investigar como os educadores estão concebendo este novo espaço de formação continuada no coletivo dos mesmos para a reflexão da ação educativa, sendo de responsabilidade da equipe gestora orientar os estudos coletivos necessários aos desafios da própria unidade de ensino.

Para responder a este trabalho usou-se referencial teórico da educação para o pensar. Dialogando com Paulo Freire, Selma Garrido, Ademar de Lima, Celso Vasconcellos, Isabel Alarcão e outros, buscando evidenciar conceitos, até então, discutidos por eles que deram subsídios à discussão da proposta neste estudo.

A metodologia de trabalho teve como abordagens de análise as pesquisas quanti-qualitativa a partir dos dados coletados pelos métodos dedutivo e indutivo, usando como técnica a aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas.

Os resultados deste estudo têm sua relevância científica quando sugeriu a formação continuada como um espaço de constituição do professor como sujeito e, tem seu valor social ao ser considerado como um material de estudo para outros pesquisadores.

2 REVISÃO LITERÁRIA

Dar continuidade á formação após a formação inicial é uma necessidade para a atualização de qualquer profissão, e no âmbito educacional, isso não difere, uma vez que a as relações sociais não são lineares, passam por transformações que interfere diretamente na formação do ser humano.

Neste sentido, a formação do educador precisa estar em constante movimento, na busca de compreender as diferentes concepções que estão interferindo nas relações humanas, construindo paradigmas diferenciados de

valores, atitudes e aprendizagem que orientam o mundo moderno, precisam ser entendidos pelos educadores, para que os mesmos possam interferir subsidiados pelas diferentes teorias que explicam as relações homem e natureza.

A formação contínua do professor/professora é um dos meios de aprimorar seu próprio crescimento, na profissão de ensinar, capacitando-se para pensar todas as dimensões organizativas da escola e as curriculares e pedagógicas para viabilizar sua formação de forma crítica e reflexiva, visando superar a relação linear e mecânica entre o conhecimento científico-técnico e a prática na sala de aula, ou seja, de sua realidade concreta.

Neste sentido, a ação do educador deixa de ser técnica, orientada apenas por meio de cursos de atualização, produzido/pensado pelos especialistas e, passa a ser pensada por si mesmo, tornando-se sujeito de sua formação que luta por autonomia intelectual/profissional que o habilite a atuar como agente ativo/reflexivo, que participa das discussões/investigações e da produção/elaboração das inovações curriculares, que atenda os desafios socioculturais e políticos de seu tempo no coletivo de seu espaço de trabalho.

Todavia, não negamos a importância dos saberes de especialistas para a formação do educador em serviço, pois acreditamos que as teorias discutidas pelas academias darão subsídios para a leitura da realidade do educador. Porém, cabe ao mesmo apontar quais são as problemáticas a serem discutidas no espaço de formação na escola.

A formação inicial de professores, habitualmente, é considerada não satisfatória para atender as condições básicas educacionais no contexto escolar.

Nessa perspectiva, vários teóricos discutem a necessidade de projetos de cursos de formação continuada de professores nos coletivos das escolas, nos quais os mesmos devem ser sujeitos de suas ações para atender a construção de novas habilidades requerida do educador na atualidade.

Acredita-se que a melhoria nos resultados da qualidade de ensino requer também nova concepção do educador, devido à complexidade da prática pedagógica, pois sua ação demanda de pesquisas e formação contínua, que promova condições para que este profissional modifique suas concepções, posturas, crenças e ações na prática educativa. E conseguir suscitar uma mudança conceitual

na sua relação com o saber e sua elaboração, tornando assim, sujeito da sua própria ação.

Nos debates no campo educacional nos últimos anos, uma grande discussão vem acirrando-se em torno da qualidade da educação e da formação dos educadores. Reconhece-se, cada vez mais que a formação inicial do educador (a) não é suficiente para subsidiar uma prática educativa.

Neste sentido, o governo Municipal, através da Secretaria de Educação de Rondonópolis (SEMEC) vem desde 2000, proporcionando aos educadores da rede momentos de reflexão e formação, com profissionais de renome nacional e internacional, justificando no contexto de política educativa, que a formação contínua é também condição para a melhoria no processo de ensino aprendizagem.

Porém, os dados obtidos nos resultados da avaliação do desempenho dos alunos das escolas da rede, ainda não são satisfatórios, pois a mesma possui um instrumento de avaliação denominado SAEM (Sistema de Avaliação do Ensino), o que nos leva a refletir até que ponto a formação oferecida pela SEMEC (Secretaria Municipal de Educação) através de seus programas está sendo suficiente para a mudança da prática educativa. Isto porque, de acordo com Contreras (2002),

É muito difícil para aqueles que estão fora das escolas melhorarem a qualidade do que estas proporcionam [...] É a qualidade dos próprios professores e a natureza de seu compromisso para mudar o que determina a qualidade do ensino e da melhoria da escola. Os professores são, em geral, pobres realizadores das ideias de outros. O desenvolvimento dos professores é, por conseguinte [...] uma pré-condição para o desenvolvimento do currículo. Sua compreensão, seu sentido de responsabilidade, seu compromisso para proporcionar de maneira efetiva experiência educativa para seus alunos, aumentam significativamente quando eles são os proprietários das ideias e os autores dos meios pelos quais essas ideias se traduzem em práticas na sala de aula. (p.128).

A ação educativa requer do professor constante reflexão da prática, para que a partir dela busque elementos que viabilizem meios que possibilitem a aprendizagem. Será que a formação continuada dos professores possibilita incorporarem em sua prática a ação reflexiva? De que forma eles refletem sua ação e propõem meios que realmente contribuem na aprendizagem dos educando para que todos possam aprender de fato? Será que os educadores pensam em uma proposta de trabalho que atenda a realidade dos alunos? De acordo com Contreras (2002).

A escola inclusiva demanda de métodos diferenciados para propiciar a aprendizagem a todos, para isso [...] em uma prática reflexiva o currículo está sempre em processo de construção e transformação. O currículo, enquanto expressão de uma intencionalidade educativa realizável na prática, liga-se indissolivelmente à própria ação do docente, por meio da qual se realiza e se reconstrói, submetendo-se ao julgamento da prática. O currículo atua, portanto, como mediador na relação entre idéia e ação nos processos de ensino. (p, 118)

Assim sendo, é importante pontuar que os movimentos que implicam práticas reflexivas e melhorias da ação educativa não decorrem do individualismo, pois a função dos educadores é a de juntos construírem propostas de trabalho que expressam a educação que se deseja para a sociedade que se almeja entendendo portanto, que de acordo com CARVALHO, (2005).

A finalidade da construção coletiva é desenvolver em cada pessoa que participa do cotidiano escolar a capacidade reflexiva, criatividade, senso crítico, habilidade e conhecimento que possibilitem compreender a si mesma e o mundo em que vive, a fim de que possa intervir de forma consciente na realidade. (p.72)

Na busca de intervir na realidade educativa do cotidiano escolar a maioria das escolas tenta desenvolver uma formação diferenciada, mesmo com a precariedade das condições de trabalho oferecida pela rede, referente ao regime de contrato dos profissionais. É preciso pensar a unicidade de cada educando, e pensar em um currículo capaz de mediar a ação educativa dirigida pelos seus autores para concretizar o seu objetivos, sendo reformulado e renegociado quando a equipe julgar necessário.

O trabalho coletivo ainda é um dos melhores instrumentos dentro de uma unidade de ensino, pois possibilita ao grupo de professores e coordenadores refletir os problemas e propor alternativas para a melhoria na educação, no entanto, o que sustenta o trabalho coletivo é a formação na escola.

Porém, sabemos que mesmo esbarrando em vários fatores como falta de espaço adequado, tempo, professores que acumulam jornadas em outras redes que inviabilizam a efetivação do trabalho coletivo, como algumas escolas se organizaram e vêm tentando propiciar momentos para que os educadores e educadoras possam se encontrar e refletir os problemas das escolas e juntos apontarem caminhos que propiciem tomadas de decisões que contribuam com o processo de ensino

aprendizagem. Como também, refletir como os educadores concebem este espaço de formação e quais as problemáticas estão sendo discutidas no mesmo.

Estas problemáticas, dentre outras vivenciadas na função de coordenadora pedagógica escolar há dez anos, me impulsionaram a estudar como está acontecendo a formação continuada no coletivo de duas escola da rede pública municipal. Vários questionamentos me conduziram a buscar novas leituras, aprofundamentos para clarificar, organizar a sistematização as idéias, e a escrever-me em uma seleção de mestrado em busca de novos conhecimentos que contribuam na reflexão do tema focalizado.

Essas questões são orientadoras do estudo que realizei e fruto das minhas preocupações com a formação do educador (a) para a qualidade de ensino, já que este é o responsável mais direto pelo processo ensino aprendizagem. Obviamente, o professor não é único e nem sempre o principal responsável pela qualidade do ensino, mas o ensino sistematizado não pode prescindir dele.

Portanto, interessei estudar a formação continuada do coletivo de professores na reflexão da ação educativa, para tanto selecionei, dentre as várias indagações acima, a seguinte questão de pesquisa: *A formação docente pensada e desenvolvida no/pelo coletivo da escola articulada à formação inicial, buscando a construção de uma prática pautada na ação-reflexão-ação.*

Pensar na formação continuada, no coletivo das escolas, no contexto atual, requer compreender a finalidade do mesmo, pois acredita-se que o trabalho coletivo é um dos melhores instrumentos dentro de uma unidade de ensino, pois possibilita ao grupo de professores, coordenadores e diretores refletir as problemáticas vivenciadas no dia-a-dia das escolas e propor alternativas que vibializem a melhoria na educação. Neste sentido pode-se afirmar que a garantia do trabalho coletivo está na formação, no espaço de trabalho dos educadores.

Porém, compreende-se que trabalhar coletivamente requer vários fatores como espaço adequado, tempo, professores com dedicação exclusiva, questão salarial, compromisso com a sociedade, para que possa viabilizar a efetivação do trabalho coletivo, para que os mesmos possam juntos refletir os problemas vivenciados nas escolas e juntos apontarem caminhos que vibializem tomadas de decisões que contribuam com o processo de ensino aprendizagem.

Neste sentido, acredita-se que este espaço precisa ser pensado pelos educadores, onde os mesmos estarão sugerindo as problemáticas a serem discutidas e juntos estarão apontando as intervenções para a melhoria do ato de ensinar e aprender. E dessa forma, tornando-se sujeito de fato de seu processo de formação continuada no ambiente de trabalho.

A metodologia de trabalho teve como abordagens de análise as pesquisas quanti-qualitativa a partir dos dados coletados pelos métodos dedutivo e indutivo usando como técnica a aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas.

Os sujeitos desta pesquisa foram professores de duas escolas municipais que atuam nas diferentes etapas e áreas do Ensino Fundamental e Educação Infantil das escola Gisélío da Nóbrega e Venâncio de Carvalho, bem como alguns membros da equipe gestora das mesmas, totalizando 50 (cinquenta) entrevistados.

3 CONCLUSÃO

Após a coleta dos dados foi feito uma análise das respostas, onde foi possível observamos nas respostas dos sujeitos que a maioria dos professores tem conhecimento a respeito das concepções, ainda que, não sabem diferenciar com exatidão uma da outra. Existem alguns casos que demonstraram uma confusão das teorias com as leis que regem o ensino e ainda, com os direitos da criança e do adolescente. Há casos que afirmaram desconhecerem as concepções de ensino. Foi possível perceber que há contradições nas respostas quando afirmam conhecê-las, porém, não fazem uso delas na sala de aula.

Quanto a questão do trabalho coletivo um grupo acredita que o momento de estudo coletivo tem discutido a problemática da escola. Porém, há outras pessoas que afirmaram o distanciamento entre o estudo e a prática que estão submetidos. O primeiro afirma participar do planejamento deste o período de estudo sugerindo o que poderia ser trabalhado para melhorar a formação tanto dos alunos, quanto do próprio grupo de professores. Porém, quando observamos as respostas dadas pelos diretores e coordenadores, percebemos que o planejamento deste estudo é realizado por eles que apresentam a pauta para o grupo de professores. O que nos permite dizer que o estudo ali realizado, ora é para atender os problemas visto pelos professores, ora para atender os órgãos de ensino responsáveis pela educação no

município. Já o outro parte de um distanciamento deste planejamento, até afirmar o desconhecimento do mesmo. O que indica a não participação deles enquanto sujeitos deste processo.

Ao lermos os dados, percebemos que o espaço de estudo coletivo já ganhou um destaque importante por um número elevado de professores, mas não tornou para todos um momento propício para a construção de saberes do próprio grupo. Ou seja, não está sendo entendido como um ambiente construído e reconstruído pelo coletivo que dele faz parte. Não foi possível perceber nos sujeitos da pesquisa o envolvimento próprio e espontâneo na busca de melhoria, tanto para a formação do aluno quanto deles mesmo.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel (Org.) **Escola Reflexiva e Nova Racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: Uma Introdução à teoria e aos métodos**. Coleção da Educação. Portugal: Porto Editora, 1994.

Bambino, A. (Org.) **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

CARVALHO, Ademar de Lima. **Os caminhos perversos da educação: a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano de sala de aula** – Cuiabá: EdUFMT, 2005.

CONTRERAS, José: **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

Elizabete Monteiro De A. (Org.) **Professor(A)- Pesquisador(A)**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, António (Org.) **Vidas de Professores**.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, 10ª ed. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 27ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURASI, José Cerchi. **Formação continua de educadores na escola**. In: BRUNO, Eliane GOODSON, Ivor. **Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu**

.GERALDI, Pimenta Maria Grisolia: **Cartografia do Trabalho Docente**. In OEREIRA, PIMENTA, Selma: **Professor reflexivo no Brasil**. In: GHENDIN Evandro de (Org). **Gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARCELO GARCÍA, Carlos. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora. 1999

NÓVOA, A. Os **professores e as histórias da sua vida**. In: NÓVOA, A. **Prosalus**. Universidade de Lisboa, 1988. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Os professores e a sua formação. In: NÓVOA, Antonio. (org). **Vidas de professores**. 3 ed. Lisboa: Porto Editora, 1997.

_____ . **A formação tem de passar por aqui: As histórias de vida no Projeto**

_____. **Formação de Professores e profissão docente**. In A. Nóvoa (coord.)

_____. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997. 1995. 2.ed. Lisboa: Porto Editora, 1995, p.63-78. 2002.

PIMENTA, Selma: **Professor reflexivo no Brasil**. In: GHENDIN Evandro de (Org). **Gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes.

Estágio Supervisionado: Pesquisa e Mobilização de Saberes na Construção da Identidade Docente

Ademar de Lima Carvalho ¹

RESUMO

O presente texto tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre o Estágio Supervisionado tomando como referência a pesquisa e mobilização dos saberes na construção da identidade docente. A idéia singular aqui posta é de que a mobilização de saberes nas práticas de estágio, enquanto estratégia para formação produz uma razão significativa para a busca e compreensão do processo de formação de professores.

Palavras-Chave: Estágio, Saberes, Mobilização, Identidade.

¹ Doutor em educação pela UNESP/Marília, professor do Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso/ *Campus* de Rondonópolis e *Campus* de Cuiabá. E- mail. ademarc@terra.com.br

1 INTRODUÇÃO

A razão fundamental projetada neste texto é lançar luz para que a instituição formadora e o professor possam pensar, refletir e dialogar sobre a problemática do estágio supervisionado enquanto instrumento curricular obrigatório no processo de formação de professor.

A mobilização de saberes nas práticas de estágio, enquanto estratégia para formação docente apresenta-se a todos nós como realidade múltipla, complexa e profundamente desafiadora, que exige a busca da produção de uma identidade ancorada a um modelo desejado de professor: crítico-reflexivo, com capacidade de auto-gestão da prática educativa, comprometido com assunção da identidade cultural dos sujeitos.

Porém, ressalva-se que o processo de construção da docência se dá em diferentes contextos, enquanto que a natureza do trabalho docente tem sua razão de ser na relação recíproca inerente ao processo de ensino-aprendizagem.

Assim, penso que apesar da diversidade que possa existir no modo de compreendermos a prática pedagógica, estamos todos imbuídos do desejo e do compromisso de compreender e encontrar novos caminhos que ajudem a melhorar a prática do estágio supervisionado.

A prática pedagógica do professor constitui eixo fundante do processo de ensino-aprendizagem do educando. Para que a aprendizagem do estudante seja significativa e duradoura, o processo de ensino deve sempre partir da realidade dos sujeitos envolvidos no ato de ensinar e aprender, tendo como referência os seus conhecimentos, suas experiências de vida, seus valores e suas expectativas, visando uma articulação com a concepção de educação desejada. Por isso que “ser professor” na atualidade, frente à realidade complexa que se apresenta à escola, coloca a exigência da aquisição por parte do docente de uma bagagem cultural de clara orientação política e social.

Dessa forma, destaca Pimenta e Lima (2008, p. 61) que,

O estágio como campo de conhecimentos e eixo curricular central nos cursos de formação de professores possibilita que sejam trabalhados aspectos indispensáveis à construção da identidade, dos saberes e das posturas específicas ao exercício profissional docente.

Isto porque o estágio constitui o espaço instituído onde é gerida, construída e referenciada a identidade profissional do educador.

A construção da identidade docente é tecida ao longo do exercício da profissão, porém, é no período da formação acadêmica, sobretudo, na atividade do estágio curricular, que o educador ordena os pressupostos e as diretrizes fundamentais e decisivas para a construção de sua identidade profissional. A atividade do estágio, se bem ordenado ao que pressupõe o projeto educativo crítico de formação de professores, constitui-se num espaço de reflexão e formação da identidade, porque o envolvimento do estudante nos meandros da realidade da educação escolar desafia-o a pensar a sua formação e, ao mesmo tempo, exige a definição de um caminho pedagógico que conduza à práxis educativa.

Contudo, vale ressaltar que a questão da formação de professores é um desafio, sobretudo no que se refere à mobilização de saberes das práticas de estágio tecidas no terreno da trama do conhecimento instituído da docência. O educador que está sendo formado hoje tem a missão de educar a nova geração e isso nos leva a pensar na qualidade da formação que a universidade está proporcionando ao professor da educação “em potência”. A identidade profissional que o curso deseja e está imprimindo no processo de formação docente deve estar explícita no projeto político pedagógico e deve ser vivenciada na prática formativa. Partido desse pressuposto compreende que a formação docente consubstanciada ao estágio supervisionado

Deve pautar-se pela investigação da realidade, por uma prática intencional, de modo que as ações sejam marcadas por processos reflexivos entre professores-formadores e os futuros professores, ao examinarem, questionarem e avaliarem criticamente o seu fazer, o seu pensar e a sua prática (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p. 21).

Isso leva-nos a pensar e compreender que a qualidade da educação, da formação de professores, produzida pela prática pedagógica, não tem razão de ser se for dissociada da compreensão da prática social que está inserida, de modo peculiar da dimensão histórica, política, econômica, científica e humana, no sentido de produzir a crítica da prática educativa tecida ao longo da história da humanidade. Porém, como afirma Moraes (1997, p.144), é importante não perder de vista que, frente uma realidade,

Com todas as transformações que estão ocorrendo no mundo, mais do que nunca é preciso aprender a viver com a incerteza.[..] No meio de tantas

incertezas, a educação precisa prever que o indivíduo necessita aprender continuamente, utilizando metodologias adequadas de pesquisa, de elaboração de estratégias para a resolução de problemas, para o estudo de alternativas e para tomadas de decisão. As crianças precisam aprender a investigar, dominar as diferentes formas de acesso à informação, desenvolver a capacidade crítica de avaliar, reunir e organizar informações mais relevantes. Necessitam de metodologias que desenvolvam habilidade para manejar e produzir conhecimento, que levem ao questionamento, às manifestações de curiosidade e criatividade e ao seu posicionamento como sujeitos diante da vida.

O estágio constitui um espaço fundamental para que o estudante seja instigado a buscar respostas teórico-metodológicas para o processo de ensino-aprendizagem, bem como para urdir a sua auto-organização profissional, porque o profissional da educação precisa “saber” e “saber fazer”. Neste mesmo movimento, deve compreender “o que faz e por que faz”. Logo, para que desenvolva uma prática educativa, pedagógica, que tenha ressonância significativa no cotidiano da escola é indispensável uma sólida formação teórica- prática- metodológica. O ato de gerir e dinamizar o processo de ensino aprendizagem no espaço da sala de aula tem como eixo nuclear a concepção de educação, do pedagógico, da avaliação enquanto elementos fundamentais no processo de formação do sujeito social.

Antes de tudo, é importante dizer que uma ação se dá “sempre dentro de um horizonte de sentido e contexto histórico-social” (MO SUNG, 2006:43). Na dimensão da política de formação de professor, de modo especial no estágio, a ação educativa só está consubstanciada de sentido quando se propõe “conduzir o ser humano para uma condição de ser melhor, de mais humanização”. É por isso que hoje, para se pensar a mobilização de saberes nas práticas do Estágio Supervisionado - enquanto instrumento fundamental para a construção da Identidade do profissional da educação comprometido com a educação emancipadora da nova geração – é preciso conceber o ser humano na sua dimensão ampla, a fim de ter um entendimento do estudante enraizado no universo da multiculturalidade que transita no espaço do local ao universal, do micro ao macro.

Nessa perspectiva é que entendo que o estágio configura como substrato necessário que propicia aos educadores em processo de formação compreenderem “a complexidade das práticas institucionais como alternativa no preparo para a inserção profissional” (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 43). Porém, para que o estagiário conduza a uma postura – presente e futura – pautada pelo caráter investigativo, faz-se necessário que seja priorizada a investigação do contexto escolar a partir da

“análise, da reflexão, da crítica e de novas maneiras de se educar” (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p.25) durante o exercício do estágio.

O fato real é que a construção de uma educação de qualidade social exige uma docência de boa qualidade. Como diz Rios (2001) uma docência que se alia às dimensões **técnica** – como capacidade de lidar com os conteúdos e sua mediação, **política** - como participação na construção coletiva da sociedade, **ética** – como orientação para a ação na direção do bem coletivo e, **estética** – como presença da sensibilidade e sua orientação criadora na atividade docente.

Dessa forma, o futuro profissional da educação durante o seu período de formação inicial precisa apropriar-se dos conhecimentos da pedagogia (ciência da educação), da didática (teoria e prática do ensino), bem como apropriar-se de um sólido conhecimento do campo de trabalho onde vai atuar. Estes conhecimentos são partes essenciais da formação e da prática docente.

Para construção da identidade profissional de professores, é fundamental compreender “a reflexão didática, como possibilidade de melhorar o fazer da prática dos professores” (Rios, 2001:58). Logo, a inserção do estudante na realidade em que se pretende desenvolver a atividade profissional tem como ponto de partida a investigação, que será possível se delineada na política de formação e se desenvolvida de forma intencional no estágio.

Partindo desse pressuposto, compreende-se que a formação e prática dos professores enquanto marco referencial para a ordenação da organização do trabalho pedagógico na escola traz como exigência a capacidade de “analisar, decidir, confrontar práticas e teorias, e produzir novos conhecimentos referenciados ao contexto histórico, escolar e educacional” (BARREIRO; GEBRAN, 2006, p. 27). Portanto, pensar a reorganização do estágio supervisionado, enquanto espaço de Pesquisa e Mobilização de Saberes na Construção da Identidade Docente, significa compreender que a política que norteia o projeto educativo para a formação do professor, constitui a expressão da concepção de ser humano, de vida e sociedade. Desse modo, faz-se necessário ressaltar que é o envolvimento com a condição humana que vai garantir a razão de ser do ideal de formação e, desta forma, o assumir a auto formação do sujeito como referência básica da construção de outra qualidade na educação, pautada nos princípios da “crítica, da emancipação, da liberdade e da autonomia” (WOGEL, 2007, p 95).

A auto formação entendida como princípio basilar do processo formativo do educador, ancora-se no pressuposto de educação como substrato necessário que impulsiona o homem a refletir sobre sua vocação ontológica de sujeito comprometido com a transformação e construção da novas sociedade (Freire, 1988).

Logo, a construção da identidade profissional pautada no modelo de autoformação exige que o professor assuma a reflexão da e sobre a prática docente como dimensão do processo de formação. Neste sentido, o estágio deve ser perspectivado como o espaço, por excelência, catalisador da experiência de investigação da prática educativa e do exercício da docência. É a prática pedagógica desenvolvida no cotidiano da sala de aula que vai suscitar para os estudantes

Desafios e questões na busca e aquisição de novas alternativas que propiciem a construção do conhecimento. Mas, para que isso se torne realidade, é essencial que a forma de ensinar do professor, seja também um movimento de construção, visto que ensinar é tornar o desconhecido conhecido (Carvalho, 2005, p.159-160).

Em síntese, o estágio constitui o momento propício para mobilização e reflexão dos saberes que serão apropriados para tecer a identidade docente aportada na ideia da docência de melhor qualidade. É por isso que o estágio constitui o caminho, o instrumento essencial para a mobilização dos saberes, tendo como eixo estruturante a pesquisa.

Foi, neste sentido, que a experiência da formação docente no Curso de Pedagogia de Rondonópolis levou o coletivo de educadores a assumirem a formação tendo como referência a pesquisa. Neste sentido, a pesquisa foi colocada como a espinha dorsal da estruturação do curso de Pedagogia, num esforço de aliar a construção de saberes apropriado ao longo da formação à identidade que se desenha, almeja e orienta na trajetória de formação inicial. Assim, mais do que o espaço, o momento do contato direto com o campo profissional, o estágio passou a ser compreendido como mecanismo de investigação, exercício e sistematização teórica da docência.

[...] é este componente teórico-prático, quando organizado visando uma formação que respeite o conhecimento específico e pedagógico, constitui um espaço fértil para a produção de diversos saberes salutar à profissão docente na sociedade contemporânea, na qual a construção de sujeitos capazes de contextualizar, planejar e gerir o seu fazer pedagógico se faz uma necessidade de sobrevivência (SILVA, 2007)

Logo, é fundamental compreender que a melhoria dos resultados da educação, do processo e prática de ensino, tem como marco referencial a apropriação de produção de teorias pedagógicas.

Partindo dessa perspectiva, penso como Paulo Freire que na

[...] formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática (1997 p. 43-44).

Enfim, o estágio supervisionado configura como um espaço necessário, não o único, de mediação entre o aluno e seu conhecimento instituído, marco teórico e o campo de atuação profissional. Como ponto de partida do diálogo, pergunto que pressuposto e fundamento estão determinando a formação e norteamto de sua prática docente.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Ademar de lima. **Os caminhos perversos da educação: a luta pela propriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula.** Cuiabá-MT: EdUfmt. 2005.

BARREIRO, I. M.F. e GEBRAN, R. A. **Prática de Ensino e estágio supervisionado na formação de professores.** São Paulo: Avercamp. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e terra.1997.

_____, **pedagogia do oprimido.** 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MORAES, M. C. **O paradigma Educacional emergente.** Campinas-SP: Papyrus,1997. MO SUNG, Jung. **Educar para reencantar a vida.** Petrópolis: Vozes. 2006.

PIMENTA, S. G. e LIMA, M. S. L. **Estágio e docência.** 3ª ed. São Paulo: Cortez. 2008. RIOS, Terezinha de Azeredo. **Compreender e ensinar: por uma docência de Melhor qualidade.** São Paulo: cortez. 2001.

SILVA, L.C. **Prática de ensino e estágio supervisionado: o diálogo entre as discussões teóricas e a prática cotidiana.** In: SILVA, L.C; MIRANDA, M. I. (orgs). Estágio supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades. Belo Horizonte; fapemig. 2008. P. 37-83.

WOGEL, Livio dos Santos. **Ócio do ofício: contribuições da pedagógica do ócio para a formação de professores.** Cuiabá. Ufmt. 2007 (dissertação de mestrado).

SEXUALIDADE: uma discussão com pais, alunos e professores da 7ª série da escola Albert Einstein de Jaciara sobre o Tema Transversal Sexualidade.

Nélida Gloria Maneiro Rodriguez.¹

RESUMO

Neste trabalho buscamos analisar a importância de trabalhar o Tema Transversal Sexualidade e verificar se esta educação está voltada para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade com responsabilidade, ou seja, desenvolver escolhas existenciais – filosóficas- éticas ou se trata apenas de passar informações sobre sexualidade, que não tem nenhuma repercussão sobre a personalidade do aluno. Buscamos através da pesquisa saber qual é o entendimento de pais, alunos e professores da 7ª série da Escola Albert Einstein sobre a sexualidade e o trabalho com o tema transversal. Através da pesquisa bibliográfica tentamos definir sexualidade; caracterizá-la através da história, caracterizar a sexualidade na escola; identificar a sexualidade na adolescência; caracterizar o trabalho com o tema transversal sexualidade. No decorrer deste trabalho tivemos oportunidade de dialogar com vários alunos da 7ª série e também com alguns pais e professores e percebemos a falta de informação e preparo destes alunos para enfrentar a vida sexual. Ficou claro que ainda a escola não se configura como espaço onde a criança e o adolescente tem liberdade para expressar desejos, sentimentos e condutas relativas à vivência da sexualidade e que os pais consideram que é dever da família ministrar a educação sexual às crianças.

Palavras – chave: Educação sexual. Tema transversal. Sexualidade.

¹ Pedagoga Especialista. Professora universitária - EDUVALE nelidaraftjaciara@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a importância de se trabalhar com o tema Transversal Sexualidade e verificar se esta educação está voltada para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade com responsabilidade, ou seja, desenvolver escolhas existenciais – filosóficas- éticas ou se trata apenas de passar informações sobre sexualidade, que não tem nenhuma repercussão sobre a personalidade do aluno.

Ainda objetivamos com esta pesquisa propiciar amparo teórico para despertar o desejo de aprender mais sobre a sexualidade humana e descobrir qual o entendimento de pais, alunos e professores da 7ª série da escola Albert Einstein de Jaciara, sobre o referido tema e o trabalho com o tema transversal sexualidade.

Por que da escolha do tema? Por que entre os desafios enfrentados por pais e educadores neste final de séculos, questões relacionadas à vivência da sexualidade na infância e na adolescência têm recebido destaque. Desperta um mal estar nas famílias, nas escolas e na sociedade quando a discussão é o que fazer com crianças e adolescentes que estão se defrontando com seus próprios desejos e sentimentos envolvidos por um contexto sociocultural marcado pela exacerbação do erotismo e a banalização das relações. Vivemos um momento de profunda crise ética na sociedade do século XXI.

O processo de educação sexual é muito amplo e complexo, compreendendo uma série de fases. Dentro dessa amplitude, obrigatoriamente deve-se assumir uma série de atitudes, tanto por parte dos pais, como do educador e do educando.

Também o escolhemos por ser um tema de inquietação que é tratado de forma inconsequente e irresponsável pelos meios de comunicação e por que vemos a necessidade de ajudar a formar novos conceitos sobre a sexualidade humana, lutar contra tabus e crendices e assim, promover mudanças na sociedade.

Tudo o que vemos ou ouvimos atualmente está impregnado de erotismo. A TV que veicula propaganda, filmes, novelas intensamente erotizadas, jornais, revistas, enfim, todos os veículos de informação mostram imagens com um fortíssimo apelo sexual que gera curiosidades e fantasias sexuais nas crianças e nos jovens.

Nesse momento levanta-se outro questionamento. Por que temos tanta dificuldade para abordarmos os temas que tem relação com a sexualidade? Se esta

existe e envolve não só o nosso corpo, mas também a nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura, por que quando questionados fugimos com respostas esquivas ou gaguejamos?

Estamos realmente preocupados com a atual situação, com a falta de saúde e bem – estar das nossas crianças e jovens nesse sentido. Preocupados com a alta carga de valores conservadores que ainda nos fazem encarar a sexualidade como coisa proibida que deva manter-se fora dos ambientes da escola e da casa.

Pela nossa insatisfação, por não concordarmos com a inversão de conceitos e valores e por acreditarmos que é a partir da educação que esses valores podem mudar é que desenvolvemos este trabalho na busca de respostas e soluções.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Para isso utilizamos o método histórico e o método estatístico.

Segundo Lakatos (1990) o método histórico foi promovido por Boas. Parte de que as atuais formas de vida social e os costumes têm origem no passado, por isso é importante pesquisar suas raízes.

O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje.

Colocando-se os fenômenos no ambiente social em que nasceram torna-se mais fácil sua análise, compreensão, no que diz respeito à origem e ao desenvolvimento, assim como as sucessivas alterações, permitindo a comparação de sociedades diferentes. O método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos.

A mesma autora coloca que o método estatístico planejado por Quetelet permite obter, de conjuntos complexos representações simples. Assim o Método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos, etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado.

Utilizamos concomitantemente para a coleta de dados questionários que foram aplicados a pais, alunos e professores da 7ª série da escola Albert Einstein.

Organizamos a pesquisa em duas seções. Na primeira conceituamos sexualidade e pudemos perceber que a sexualidade humana comporta dimensões

biológicas, psicossociais e culturais. Realizamos um breve relato sobre como é vista a sexualidade através da história, como as crenças do passado se refletem nos dias de hoje, na nossa vida, na nossa postura perante os problemas, na forma de sentir e reagir a determinadas circunstâncias e de que forma a sexualidade transparece dentro da escola. Também vimos à necessidade da inserção do tema transversal sexualidade no currículo escolar para ampliar a atuação pedagógica, tornando assim a escola um espaço privilegiado de aprendizagem.

Na segunda seção, coletamos dados através da aplicação de questionários e estudamos as informações obtidas, através de uma análise de caráter quantitativo. O resultado dos dados coletados no questionário aplicado foi representado em tabelas, nas quais poderá ser verificado o percentual obtido em cada resposta.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Prelúdios de uma estrada: uma viagem com a sexualidade na sociedade e na escola.

A sexualidade é uma das mais importantes e complexas dimensões da condição humana. No mundo atual vivemos num “ambiente sexual que se manifesta nos mecanismos de sustentação da sociedade capitalista ocidental”. (NUNES, 1987, p.27).

Pelas controvérsias e diferentes posições morais e políticas que ela envolve se pode abordar sob vários aspectos. Um deles é dado por uma visão histórico - política de como se transformam os valores e como existe uma relação muito íntima entre as mudanças de comportamento sexual e as transformações econômicas e sociais.

Telarolli (apud. KUPSTAS. 2000 p. 22) coloca que: “É impossível falar em sexualidade sem lembrar da importância da herança cultural que recebemos dos antepassados, incluindo os aspectos morais que determinam em cada época quais são os padrões de sexualidade considerados normais”.

É muito importante ter claro que a sexualidade envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossas relações afetivas, nossa cultura e que quando falamos em sexualidade falamos da própria vida.

2.2 Caracterizando a sexualidade através da história.

É muito comum associarmos felicidade à busca do prazer, inclusive sexual. Mas nem sempre foi assim; depende da época e dos costumes. Diversas religiões valorizam a busca da felicidade eterna pela negação dos prazeres imediatos. Acreditam que pelo jejum, pelo isolamento e pela castidade, ou seja, pela ausência de relações sexuais, os seres humanos podem alcançar maior desenvolvimento espiritual.

Devemos lembrar que as condições de sobrevivência dos povos da antiguidade eram muito difíceis, tanto que da maioria deles resta-nos apenas o registro, tendo simplesmente desaparecido, ou se fundido com outros povos perdendo sua identidade. Foi o que aconteceu, por exemplo, com os Cananeus. A verdade é que as taxas de mortalidade, em especial a infantil, eram muito altas. Por isso, para poder sobreviver como povo, Israel tinha não apenas que desenvolver alto conceito de individualidade, mas também produzir muitos braços, para trabalhar na agricultura, no pastoreio e para a guerra. Sendo assim, nada mais lógico que exaltar a sexualidade voltada exclusivamente para a reprodução, tornando mal vista, e até mesmo pecaminosa, qualquer outra manifestação da sexualidade que levasse apenas à busca de prazer. Formas outras de manifestação da sexualidade, como a masturbação e a homossexualidade, que não conduziam à reprodução, passaram a ser mal vistas, pecaminosas e proibidas. (VITIELLO, 1977, p.17)

Quando surgiu o cristianismo as coisas se mantiveram nos mesmos moldes, ou talvez piores, sob certos aspectos. O cristianismo fixou este conceito na cultura ocidental. Na época de seu surgimento, ele negou os ideais gregos de valorização do corpo e pregou o desenvolvimento da espiritualidade.

Nesse sentido, durante a maior parte da história da humanidade essa influência foi negada, em especial entre os povos ligados às tradições judaicas e cristãs, atualmente representada pela assim denominada “civilização cristã ocidental”. Nossa cultura pode-se dizer, tem suas raízes fundamentadas na cultura judaico-cristã e na greco-romana.

Nossa vertente cultural judaica foi (e é ainda) bastante repressora. Lembremos que nos tempos bíblicos, Israel era um pequeno povo perdido entre inúmeros outros que vagavam pelo que hoje conhecemos como Oriente Médio. Todos esses outros povos abraçavam religiões politeístas, com um panteão ornado de deusas e deuses que frequente se mostravam

bastante sexuados. Na maioria dessas religiões, o conceito corrente era de que o Mundo houvesse sido criado pela união de dois deuses. Além disso, como remanescente de antigos ritos de fertilidade, quase todos tinham deusas altamente sexuadas, cujos cultos incluíam até mesmo a prostituição ritual. Israel, numa tentativa de reforçar o conceito de unidade nacional cultua um Deus único, que cria o Universo a partir de sua vontade, de maneira assexuada. Assim, perde-se a noção de sagrado ligada à sexualidade. (VITIELLO, 1997, p. 16).

Tanto a vertente cultural judaica quanto a greco-romana foram sexista, isto é, vêem a sexualidade apenas como um meio de reprodução, foram machistas, hedonistas e do ponto de vista da mulher, repressoras. Já os romanos foram um pouco mais liberais, porém, vista como um todo, a cultura romana foi bastante machista, sendo o prazer permitido apenas aos homens e algumas poucas mulheres consideradas privilegiadas.

Assim como se vê, [...] nossas raízes culturais estão impregnadas de uma visão distorcida da sexualidade, onde a prática da repressão é o comportamento usual. (VITIELLO, 1977, p. 18). A sexualidade das crianças e particularmente dos adolescentes é preocupação escolar desde o século XVIII, quando esta questão torna-se um problema público.

Embora nossa civilização tenha, nos últimos séculos, vivido alguns momentos de maior liberdade, essa visão distorcida da sexualidade foi à tônica principal. Nos últimos anos, sexualidade tem sido vista com mais naturalidade, e até estimulada de forma negativa.

Como coloca Vitiello (1997, p.16): “Esse estímulo à sexualidade vem sendo intensamente difundido pelos meios de comunicação de massa e pelas novas e agressivas técnicas de marketing”.

2.3 Definindo sexualidade

Como vimos durante os séculos XVI, XVII e XVIII houve todo um movimento repressivo da sexualidade e que começa a se transformar com as transformações do mundo capitalista do século XIX. Foi nesse século que o termo sexualidade começou a ser utilizado já que até então não existia.

O termo sexualidade surgiu no século XIX, marcando algo diferente do que apenas um remanejamento de vocabulário. O uso desta palavra é estabelecido em relação a outros fenômenos, como o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos; a instauração de um conjunto de regras e

de normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas. Mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos. (FOUCAULT, 1998, p. 9).

Nessa nova perspectiva, a sexualidade humana comporta mais de que dimensões biológicas comportam também, dimensões psicossociais e culturais. Com isto, a sexualidade, transcende a simples reprodução e passa a ser compreendida em função de todas as suas dimensões.

A idéia da sexualidade, orientada exclusivamente para a reprodução, é fruto de uma visão moralista que tem servido aos interesses políticos dentro de quase todas as sociedades.

Werebe (1999.p.5) coloca que: “O moralismo, por influência religiosa estigmatizou o desejo sexual e condenou o prazer, visto como móvel de crimes e perversões”.

Apesar de não termos indagado aos pais acerca da definição de sexualidade, podemos subentender pelas respostas que os mesmos não possuem clareza sobre o tema; pois metade dos pais não fala com os filhos sobre sexualidade, mas a maioria acha fácil abordar temas referentes a sexualidade com seus filhos.

Nesse caminhar, notamos que a vergonha dos alunos é reflexo de uma concepção errada que os pais tem sobre a sexualidade, que como pudemos observar no primeiro capítulo, tem suas origens nas primeiras civilizações, com grande peso religioso.

2.4 O tema transversal sexualidade.

Apenas os professores responderam sobre o tema transversal sexualidade. Assim, metade dos professores disse que conhece a proposta do tema transversal sexualidade. Contudo, a maioria dos professores disse que não utilizou essa proposta nas suas aulas, e aqueles que trabalharam disseram que foi com outras disciplinas.

É importante lembrar que os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000) dizem respeito a conteúdos de caráter social, que devem ser incluídos no currículo do ensino, de forma “transversal”, ou seja, não como uma área de conhecimento específica, mas como conteúdo a ser ministrado no interior das várias áreas estabelecidas.

CONCLUSÃO

Objetivamos com esta pesquisa propiciar amparo teórico para despertar o desejo de aprender mais sobre a sexualidade humana e descobrir qual o entendimento de pais, alunos e professores da 7ª série da escola particular Albert Einstein de Jaciara, sobre o referido tema e o trabalho com o tema transversal sexualidade.

A maior dificuldade encontrada durante o processo de construção deste trabalho monográfico foi a de entender o que realmente são os Temas Transversais.

Porém, foi interessante verificar o processo construtivo em nós, para no final compreender que para poder trabalhar com os Temas Transversais e especificamente com o Tema Transversal Sexualidade precisa-se de mudança de atitudes, principalmente por parte do educador que deixa de ser controlador e passa a ser formador de atitudes através do seu exemplo.

No término deste trabalho tivemos oportunidade de verificar que o início dos problemas enfrentados hoje na área da sexualidade remete-se a história da humanidade. Buscamos conceituar a sexualidade segundo vários teóricos, verificando o que os mesmos dizem sobre o tema pesquisado. Neste sentido constatamos que a visão que se tem sobre o que é sexualidade vai muito além do que normalmente se imagina. A sexualidade se desenvolve desde os primeiros dias de vida do ser humano e segue manifestando-se de forma diferente em cada momento da infância até a morte.

Quanto aos pais, alunos e professores da 7ª série da Escola particular Albert Einstein sobre o tema transversal sexualidade, verificamos:

Que alguns preconceitos e tabus têm impedido os pais de conversarem com seus filhos sobre assuntos ligados a esse tema. Que pelo fato de entenderem a sexualidade vinculada apenas ao sexo esta deve ser trabalhada com restrição na escola e que, o dever de ministrar a educação sexual corresponde à família.

Que os alunos acham que sabem muito sobre sexualidade e sentem falta de uma maior abertura com os pais e consideram que a escola não trabalha a contento esse tema.

Que alguns professores têm certo receio da reação dos pais ao trabalho com a sexualidade na escola. Como vimos à questão da sexualidade ainda é um tabu no contexto escolar, envolvida num véu de culpas, dúvidas e repressões que necessita ser trabalhada e desmistificada. Este comportamento faz com que o assunto tenha um tratamento distante da realidade. Não se percebeu o trabalho com o Tema Transversal Sexualidade nessa escola, pois, o mesmo é desconhecido pelos professores ou não o trabalham de forma correta.

Não podemos negar que a preocupação com a sexualidade vem sendo grande nas escolas, mesmo que isto não tenha sido traduzido nas práticas pedagógicas. Por esta razão, a escola, não pode continuar a tratar a sexualidade como matéria escolar por que a sexualidade faz parte da vida, do cotidiano e não dos livros, dos vídeos ou do quadro de giz.

Isto demonstra que é de suma urgência e importância repensar nossos valores e priorizar as questões ligadas à sexualidade.

Não podemos esquecer que a forma como o tema sexualidade é tratado na mídia promove nos alunos, uma visão diferente da nossa, já com falta de alguns valores, para nós importantes, mas, nem por isso, devemos condenar.

Consideramos que a problematização das dúvidas trazidas pelos alunos é um caminho para as mudanças. Também é importante que exista a reflexão e a mudança de concepção do que seja o conteúdo a ser aprendido na escola, a forma como deve ser veiculado e o significado dessa aprendizagem para o aluno e conseqüentemente para a sociedade onde está inserido.

Vimos que a transmissão de conhecimento em outras épocas ficava a cargo das famílias, da Igreja, ou do Estado, enquanto a escola se encarregava apenas do conhecimento acadêmico. Atualmente as tradicionais funções de iniciação à educação de hábitos de higiene, alimentação, sociabilização, orientação sexual e desenvolvimento de personalidade das crianças e dos jovens estão sendo exercidas em grande parte pelos educadores, exatamente pela demanda de tempo que os pais têm em atividades produtivas fora do lar.

À escola não pode mais caber a transmissão de conhecimentos construídos ao longo da história, como algo a ser arquivado pelo aluno, para ser usado se necessário e sim, através do conhecimento trazido iniciar uma reelaboração

dos novos conceitos. Não podemos mais ignorar essa dimensão do ser humano, que é a sexualidade, e acreditamos ser necessário investir na formação de professores para dar conta da tarefa, pois, são necessárias mudanças de atitudes e revisão de situações que ainda suscitam tabus.

Fica uma pergunta no ar: quando a escola estará preparada para desempenhar tais funções?

REFERENCIAS

AQUINO, Julio Groppa. Coordenador. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BALEEIRO, SIQUEIRA, CAVALCANTE & SOUZA. **Sexualidade do adolescente**. 1999. Salvador. B.A. Governo da Bahia e Fundação Odebrecht.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. **PCN: Parâmetros Curriculares Nacionais**, v.2: temas transversais: uma interpretação e sugestões para a prática. Curitiba: Bella Escola, 2002.

BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. (1990). **Sexo e juventude: como discutir sexualidade em casa e na escola**. 3ª ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BUSQUETS, Maria Dolores et al. **Temas transversais em educação: bases para uma formação integral**. Trad. Claudia Schinling. São Paulo: Ática, 2000.

CALDERONE, Mary Stuchen. **Falando com seu filho sobre sexo**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.

CARVALHO, Sumaya Persona de. **Sexualidade, Educação e Cultura: Instantâneos de Escolas de Cuiabá e Várzea Grande**. Dissertação de Mestrado, UFMT, 1997.

CASTELLO BRANCO, Luiz Carlos. **Projeto Casulo: refletindo sobre uma experiência educação afetivo-sexual no ensino fundamental**.

CASTRO, de Célia. **Impasses e dissimulações da orientação sexual na escola**.
Jornal do MEC. Brasília, setembro 2001.

DEBEUX, C. R. **Quando o assunto e sexo**. Dissertação de mestrado em Antropologia. UFPE. Recife. 1998.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. Educação Sexual, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. 12. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

KUPSTAS, Márcia, org. **Comportamento sexual** em debate. São Paulo, Moderna. 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONDI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7. ed. ver e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos de pesquisa bibliográfica, projeto e relatório e trabalhos científicos. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAZZEU, F.J.C. Uma proposta metodológica para a formação continuada de professores na perspectiva histórico-social. **Cadernos CEDES**, 1998. APUD. www.ufpb.br.

NUNES, César Aparecido. **Desvelando a sexualidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

PINTO, Heloysa Dantas de Souza. A individualidade impedida: adolescência e sexualidade. In: AQUINO, Julio Groppa. Coordenador. **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

POSITIVO. **Sexualidade**: prazer em conhecer. Schering: Fundação Roberto Marinho. 2004.

QUEIROS, Tânia Dias. DOS REIS, Benedita Aparecida. RODRIGUES, Isabel Cristina. **Novo método de ensino**: fundamental e médio. São Paulo: Didática Paulista, 2000.

SALVADOR, Ângelo Domingos, Frei-S 18. **Método e Técnicas de pesquisa bibliográfica**, elaboração e relatório de estudos científicos. 8ªEd.Porto Alegre, Sulina, 1980.

SAYÃO, Yara. SILVA, M. C.Prevenção da Aids em trabalho de orientação sexual na escola. In: PAIVA, V (org). **Em tempos de Aids**. São Paulo: Summus.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa. Coordenador. **Sexualidade na escola**. Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo: os problemas da informação sexual e o papel da escola. In AQUINO, Julio Groppa. Coordenador. **Sexualidade na escola**. Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SILVEIRA, Bueno. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Didática Paulista, 1999.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

TIBA, Içami. **Disciplina, limite na medida certa**. São Paulo: editora Gente. 1996. 1ª ed.

VITIELLO, Nelson. **Sexualidade**: quem educa o educador: um manual para jovens, pais e educadores. São Paulo: Iglu, 1997.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, política, educação**. Campinas, SP: Autores associados, 1998.

Sites de pesquisa

www.adolesite.aids.gov.br/dst.htm

www.monografias.com/trabajos/edusex/edusex.shtml

www.urutagua.uen.br//007/bovo.htm

Reflexão sobre o ato de EDUCAR a luz de saberes e competências da docência na contemporaneidade

SUBTÍTULO: Sala de Professor

Cláudia Clever Matias do Val ¹

RESUMO

O presente trabalho busca analisar e refletir a urgência quanto à reforma da configuração atual de oferta dos cursos de formação de professores. Dentro do contexto educacional contemporâneo, a formação continuada é saída possível para a melhoria da qualidade do ensino, por isso o profissional consciente deve saber que sua formação não termina na Universidade. Formar (ou reformar) o formador para a modernidade através de uma formação continuada proporcionará ao mesmo, independência profissional com autonomia para decidir sobre o seu trabalho e suas necessidades. A formação do professor assume a condição de ser contínua quando esta se dispõe de estratégias que lhes possibilitem a reflexão crítica sobre sua prática, desafiando à reelaboração dos saberes profissionais adquiridos em sua formação inicial pela prática vivenciada. Porém o que se tem verificado é que o professor no desempenho cotidiano, por conta das múltiplas tarefas, acaba distanciando-se dos saberes adquiridos na sua formação inicial e dos produzidos pela sua própria experiência, seja porque estes culturalmente não são/foram valorizados, seja pela ausência do desenvolvimento de estratégias eficientes de interpretação e reflexão ao longo de sua formação profissional.

PALAVRAS CHAVE: Formação continuada, Construção de Saberes Docentes; Identidade Profissional.

¹ Graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS, pela faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, conclusão em 1993. Graduação em Pedagogia, pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço – EDUVALE, conclusão em 2007. Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, pela Faculdade Positivo, conclusão em maio de 2008. Mestranda em Psicologia Social e Educacional com término previsto em maio de 2012. Professora da rede Estadual de Jaciara – MT com aulas na área de Arte, Filosofia e Sociologia, e também ensino fundamental 2ª fase do 2º ciclo. No ano de 2010. Tutoria da Faculdade à distância ULBRA, na graduação de Pedagogia. 2010. E-mail: claudia.clever@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Os profissionais da educação passam por um sério período de (re) adaptação em uma nova estrutura social: a sociedade informacional. E para isso deve trabalhar em si, competências e habilidades diferenciadas das que já possuem até então, pois é exigido pela sociedade, que os mesmos tenham uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles, são aquisições, aprendizados construídos, um saber mobilizar-se.

Mas este profissional também passa por uma forte crise de identidade fomentada por todas estas modificações sociais, e isso se reflete em seu mundo íntimo, produzindo uma baixa autoestima com consequências funestas tanto para a educação quanto para o educando.

Diante deste quadro é de suma importância estar oferecendo ferramentas para este profissional para lidar consigo mesmo, identificando suas crenças e resignificando o seu mapa interior, para que ele possa atuar de forma a possibilitar uma integração humana entre a informação virtual e a informação mediada por ele carregada de calor humano.

Este trabalho foi realizado a partir de um projeto maior intitulado “Sala de Professor” que está ocorrendo em todas as escolas da rede estadual de Jaciara-MT, pelo tamanho da empreitada, pedimos auxílio da Faculdade EDUVALE para que se tornasse parceira neste trabalho, desta forma será oferecido módulos em formato de minicursos de 10 e 20 horas para todo o corpo administrativo, Direção e corpo docente da Escola Estadual Milton da Costa Ferreira. Estes módulos serão ministrados por Docentes da Faculdade Eduvale e da estagiária e se concretizarão nas dependências da própria Faculdade.

2 REVISÃO LITERÁRIA

O conhecimento tem presença garantida em qualquer projeção que se faça do futuro. Por isso há um consenso de que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação. Nesse contexto, as perspectivas para a

educação são otimistas. A pergunta que se faz é: qual educação, qual escola, qual aluno, qual professor?

Hoje, parece claro que ensinar não consiste mais em dar boas lições, mas em **fazer aprender**, colocando os alunos em situações que os mobilizem e os estimulem em sua zona de desenvolvimento proximal, permitindo-lhes dar um sentido ao trabalho e ao saber. Quem poderia pretender, hoje, dominar conceitualmente e, mais ainda, praticamente, a arte de organizar e animar situações de aprendizagem? Competência elementar em seu nível mais baixo e estrela inacessível em seu nível mais aprimorado, essa competência é o **canteiro de uma obra** longe ainda de estar concluída.

Todos os professores são chamados a "organizar e animar situações de aprendizagem". Se não tiverem nenhuma competência nessa área, pode-se perguntar por que escolheram essa profissão e como obtiveram o direito de ensinar. No entanto, quem poderia vangloriar-se de ter adquirido um total domínio dessa área de competência? E, sobretudo, quem poderia ignorar que a própria concepção do ensino, das situações de aprendizagem é do papel do professor evoluiu profundamente nos últimos vinte anos, com o impulso da pesquisa em didática das disciplinas e da experiência das escolas ativas, da escola nova, do movimento Freinet, das pedagogias de projeto etc.?

Uma competência é um saber-mobilizar. Trata-se não de uma técnica ou de mais um saber, mas de uma capacidade de mobilizar um conjunto de recursos conhecimentos, esquemas de avaliação e de ação, ferramentas, atitudes - a fim de enfrentar com eficácia situações complexas e inéditas. Não basta, portanto, enriquecer a gama de recursos do professor para que as competências se vejam automaticamente aumentadas, pois seu desenvolvimento passa pela integração e pela aplicação sinérgica desses recursos nas situações, e isso deve ser aprendido.

A aquisição de conhecimentos por parte do professor é um processo amplo e não linear. A mudança nas pessoas, assim como na educação, é muito lenta e nunca linear. Ninguém muda de um dia para o outro. A pessoa precisa interiorizar, adaptar e experimentar os aspectos novos que viveu em sua formação. A aquisição de conhecimentos deve ocorrer da forma mais interativa possível, refletindo sobre situações práticas reais. (IMBERNÓN, 2002, p. 16).

Cada pessoa tem um modo de aprender, um estilo cognitivo de processar a informação que recebe. Assim, aprender para por em prática uma inovação supõe um processo complexo, mas essa complexidade é superada quando a formação se adapta à realidade educativa da pessoa que aprende. Para que seja significativa e útil, a formação precisa ter um alto componente de adaptabilidade à realidade diferente do professor. E quanto maior a sua capacidade de adaptação mais facilmente ela será posta em prática em sala de aula ou na escola e será incorporada às práticas profissionais habituais.

De acordo com IMBERNÓN, 2002, um fator importante na capacitação profissional é a atitude do professor ao planejar sua tarefa docente não apenas como técnico infalível, mas como facilitador de aprendizagem, um prático reflexivo, capaz de provocar a cooperação e participação dos alunos.

Por isso, na formação do profissional da educação é mais importante centrar a atenção em como os professores elaboram a informação pedagógica de que dispõem e os dados que observam nas situações da docência, e em como essa elaboração ou processamento de informação se projeta sobre os planos de ação da docência e em seu desenvolvimento prático. A formação do professor se fundamentará em estabelecer estratégias de pensamento, de percepção, de estímulos; estará centrada na tomada de decisões para processar, sistematizar e comunicar a informação. Desse modo, assume importância à reflexão sobre a prática em um contexto determinado, estabelecendo um novo conceito de investigação, em que a pesquisa qualitativa se sobrepõe à quantitativa. Finalmente insiste-se no estudo da vida em sala de aula, no trabalho colaborativo como desenvolvimento da instituição educativa e na socialização do professor.

Trata-se de formar um professor como um profissional prático-reflexivo que se defronta com situações de incerteza, contextualizadas e únicas, que recorre à investigação como uma forma de decidir e de intervir praticamente em tais situações, que faz emergir novos discursos teóricos e concepções alternativas de formação.

É importante salientar, nos programas de formação de professores, que as competências do professor não são somente aspectos pessoais, mas habilidades que os sujeitos podem aprender. Quando se fala em competência, tem-se como significado, [...], uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se

a eles [...] são aquisições, aprendizados construídos [...] um saber mobilizar-se. (KULISZ, 2004, P. 33).

Desta forma entendemos que a formação deve apoiar-se em uma reflexão dos sujeitos sobre sua prática docente, de modo a lhes permitir examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes etc, realizando um processo constante de auto avaliação que oriente seu trabalho.

A avaliação permanente também deve estender-se ao terreno das capacidades, habilidades e atitudes e questionar permanentemente os valores e as concepções de cada professor e professora e da equipe como um todo.

Estamos propondo uma formação que consiste em descobrir, organizar, fundamentar, revisar e construir a teoria. Se necessário, deve-se ajudar a remover o sentido pedagógico comum, recompor o equilíbrio entre os esquemas práticos predominantes e os esquemas teóricos que os sustentam.

Sendo assim, a formação continuada deve ajudar o professor a desenvolver um conhecimento profissional que lhe permita: avaliar a necessidade potencial e a qualidade da inovação educativa que deve ser introduzida constantemente nas instituições; desenvolver habilidades básicas no âmbito das estratégias de ensino em um contexto determinado, do planejamento, do diagnóstico e da avaliação; proporcionar as competências para ser capazes de modificar as tarefas educativas continuamente, numa tentativa de adaptação à diversidade e ao contexto dos alunos e comprometer-se com o meio social.

3 METODOLOGIA

O Projeto que ora apresentamos, consiste no desenvolvimento de um trabalho motivacional, reflexível e de capacitação na formação continuada de professores, proporcionando a estes habilidades de comunicação, expressão, criatividade, senso ético e crítico utilizando uma visão interdisciplinar.

A pergunta que nos fazemos ao expressar o interesse em pesquisar este tema foi: Qual será a compreensão que temos sobre o que é educar?

Educar é promover a educação no sentido de transmitir conhecimentos com propriedades de cunho científico e exemplos de conduta positiva nos parâmetros da boa formação humana. Desta forma ensejando condições para o educando modificar para melhor seu comportamento na sala de aula, no convívio familiar, profissional, na comunidade e perante a sociedade.

Desta forma, pensamos a curso com a seguinte estruturação: 11 módulos com carga horária de 20 e 10 horas sendo: 05 módulos de 20 horas e 06 módulos de 10 horas, perfazendo um total de 140 horas. Sendo 80% presenciais e 20% com atividades de pesquisas e entrega de relatórios. Os conteúdos foram repassados com aulas expositivas, dinâmicas, debates, seminários, trabalhos em grupos e mesa redonda. Havendo intervalos de 15 minutos em cada módulo apresentado.

Após executado o projeto, é preciso saber a opinião dos participantes. E como estava previsto no projeto a avaliação se deu a partir de uma ficha que os participantes respondiam ao final de cada módulo.

Assim, as respostas foram tabuladas e construir - se gráficos, bem como uma síntese das respostas por escrito, desta forma chegamos a uma avaliação final do curso ministrado.

Contudo, para construção desses gráficos foi utilizada a seguinte metodologia: foram somadas todas as respostas referentes aos módulos e feito um único gráfico por tópicos, assim consideramos um gráfico para a avaliação dos conteúdos, um gráfico para a avaliação dos ministrantes, um gráfico para outros e um gráfico para avaliação da instituição parceira, totalizando quatro gráficos, (segue em anexo as fichas de avaliação).

O objetivo agora é fazer uma análise de como foi a aceitação da sala de professor da Escola Estadual Milton da Costa Ferreira. Para isso utilizaremos os gráficos mostrados nas próximas páginas, inicialmente trabalharemos com os dados coletados dentro da avaliação objetiva, para posteriormente trabalharmos a avaliação subjetiva.

4 APRESENTAÇÃO E RESULTADO DA ANÁLISE DOS DADOS

Podemos perceber pelo gráfico 1 (abaixo) que trata da avaliação dos conteúdos, de que os mesmos foram aceitos pelos participantes em todos os quesitos avaliados.

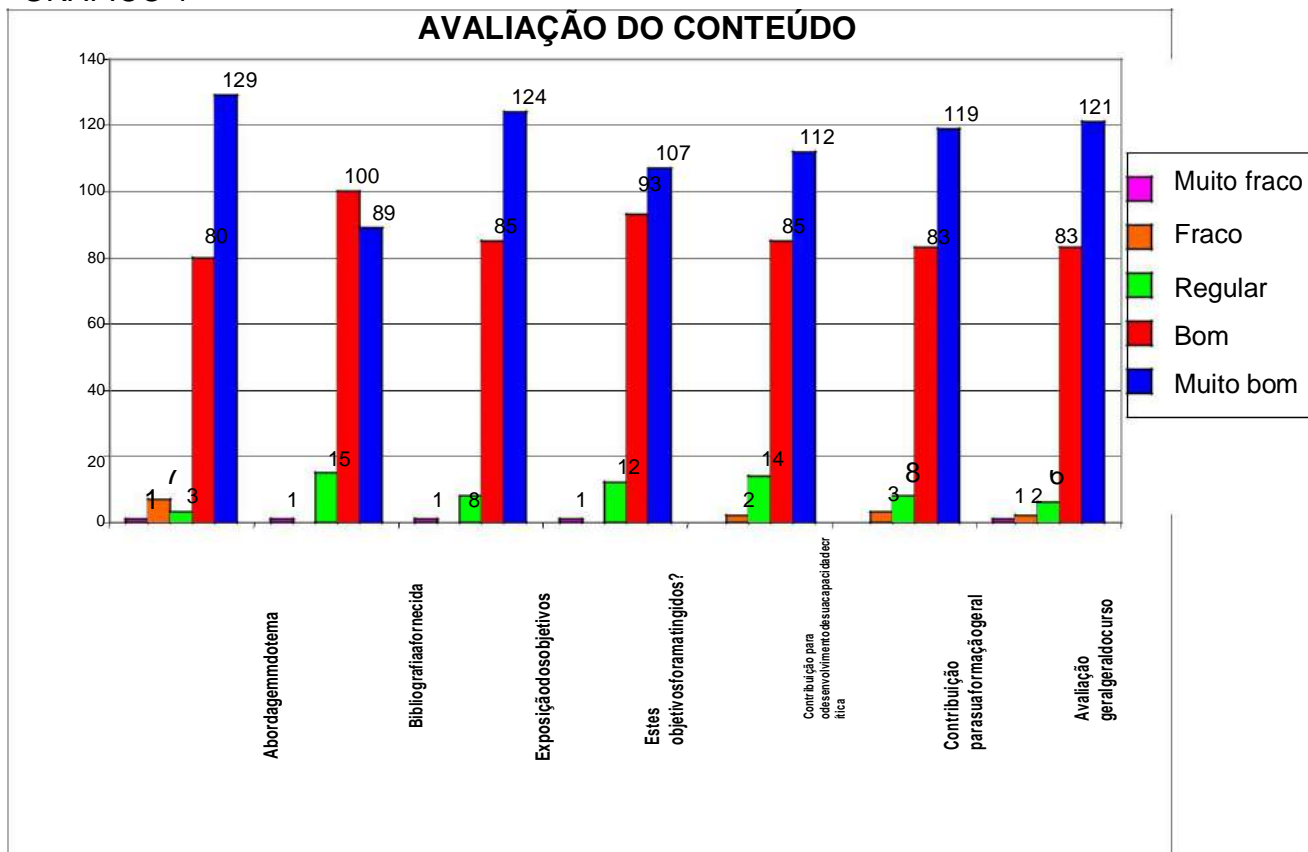
Quanto à abordagem do tema, em todos os módulos totalizando 10, tivemos 129 respostas de que o mesmo atendia a uma organização didática de abordagem assinalando como “muito bom”, enquanto 80 respostas foram assinaladas como “bom”. Percebemos com estas respostas que valeu o esforço em buscar parcerias com profissionais que entendem a educação como fator de transformação social, e também pelas longas conversas com cada um a respeito do que seria abordado em cada módulo para atender as reais necessidades do coletivo da escola em questão.

Na avaliação sobre a bibliografia apresentada, observamos uma diminuição quanto à resposta “muito bom” e um aumento da resposta “regular”. Isto se deveu, pois grande parte dos ministrantes não apresentou bibliografias, alguns apenas citaram na fala alguns teóricos outros colocaram na projeção, mas bem poucos realmente trabalharam a partir de uma bibliografia e também não levaram nem disponibilizaram ao público participante.

Os itens, exposição dos objetivos, estes objetivos foram atingidos?, contribuição para o desenvolvimento de sua capacidade crítica e contribuição para sua formação geral, também tiveram avaliações na sua maioria muito bom e bom, o que mais uma vez nos mostrou que estamos no caminho certo.

Em relação à avaliação geral do curso, pelas respostas dadas pudemos confirmar que realmente este trabalho atendeu as expectativas da organização do projeto, reforçando a importância de uma busca de qualificação contínua sobre a própria profissão.

GRÁFICO 1



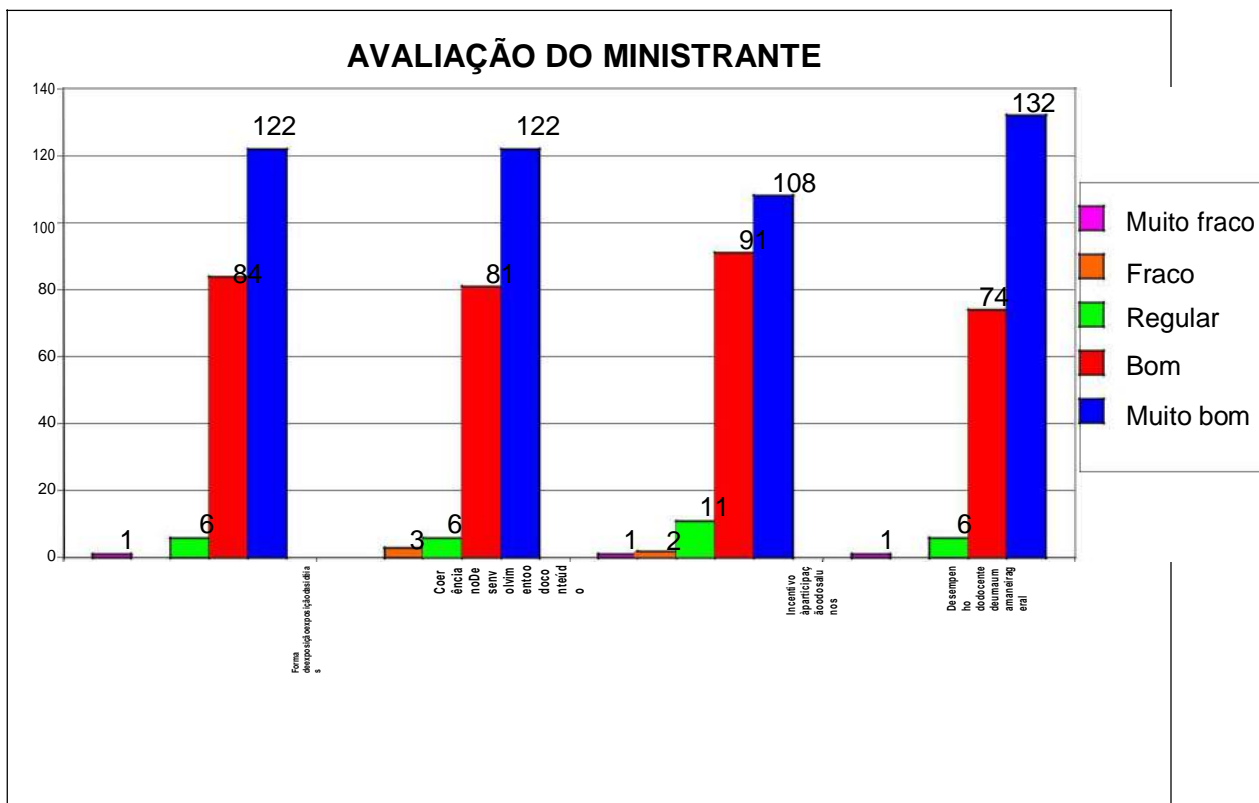
Fonte: Projeto Sala de Professor da Escola Estadual Milton da Costa Ferreira.

No gráfico 2 (abaixo), foi avaliado o desempenho do ministrante dos módulos, e pudemos perceber que nos quatro subitens avaliados as respostas dadas na maioria foram de “muito bom” e “bom”. As outras alternativas não tiveram relevância para um comentário mais aprofundado.

Esta avaliação positiva sobre os ministrantes, só veio reforçar à nossa certeza de que ao fazermos algo de forma organizada, coletiva, com comprometimento e responsabilidade, se consegue alcançar nossos objetivos, que neste caso é a importância da formação continuada para a construção de um profissional mais próximo do que a sociedade contemporânea está exigindo, com competência e habilidades para ser

capaz de gestar sua própria profissão e trabalhar com seus educandos a partir de uma visão libertária.

GRÁFICO 2



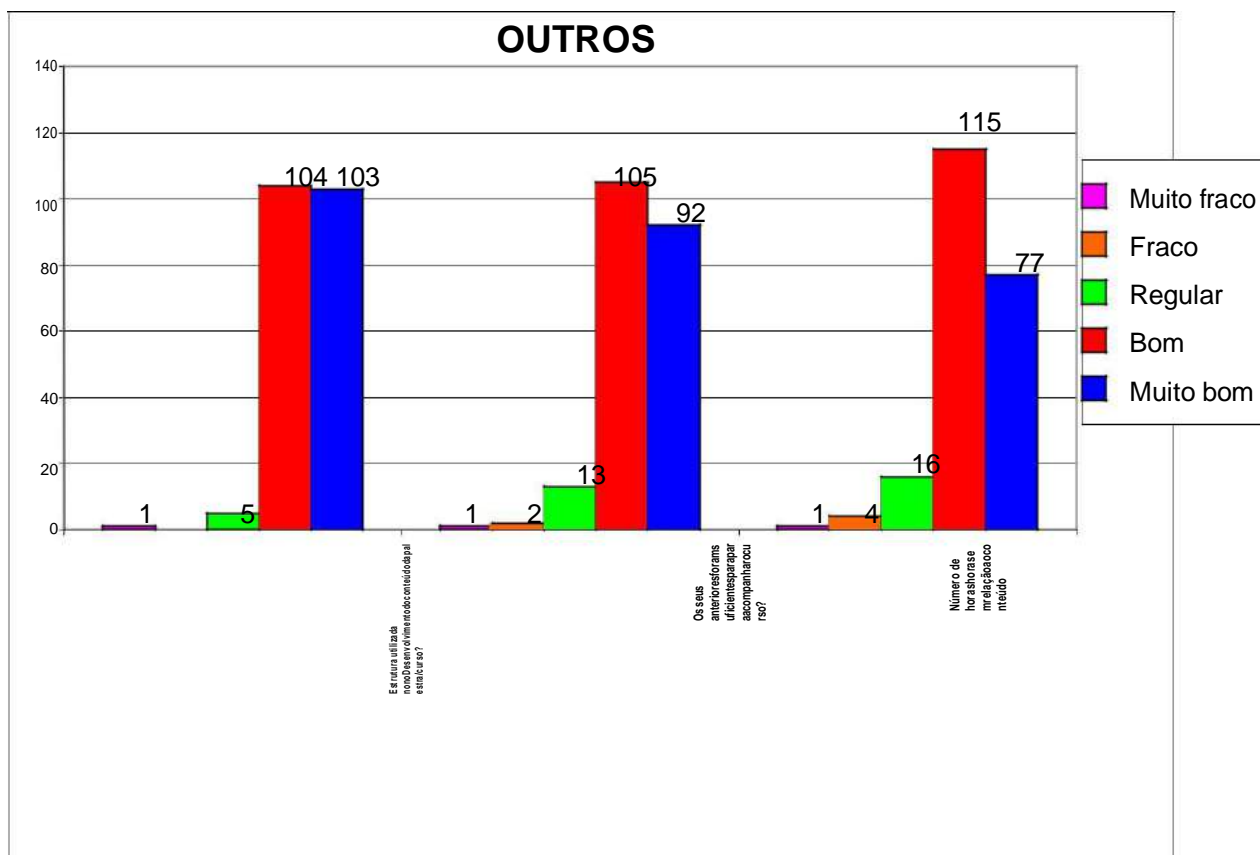
Fonte: Projeto Sala de Professor da Escola Estadual Milton da Costa Ferreira.

Ao observarmos o gráfico 3 (abaixo), nos deparamos com índices bastante elevados nos três quesitos postos a serem avaliados, todos os três na maioria das respostas lêem “muito bom” e “bom”.

Neste caso deve-se ressaltar que mesmo o índice de resposta ter sido baixo em relação à “regular”, faz-se necessário uma observação quanto ao subitem que diz: Os seus anteriores foram suficientes para acompanhar o curso? E O número de horas em relação ao conteúdo? Que apesar da maioria das respostas terem sido positivas, observamos que em alguns módulos quando o assunto estava distante do que eles (participantes) consideravam de sua prática em sala de aula os seus antecedentes não eram suficientes para que houvesse um acompanhamento significativo. E a respeito do número das horas serem suficientes, percebe que quando o assunto era

distante de sua rotina sempre reclamavam do tempo ter sido curto, dizendo que o assunto é interessante.

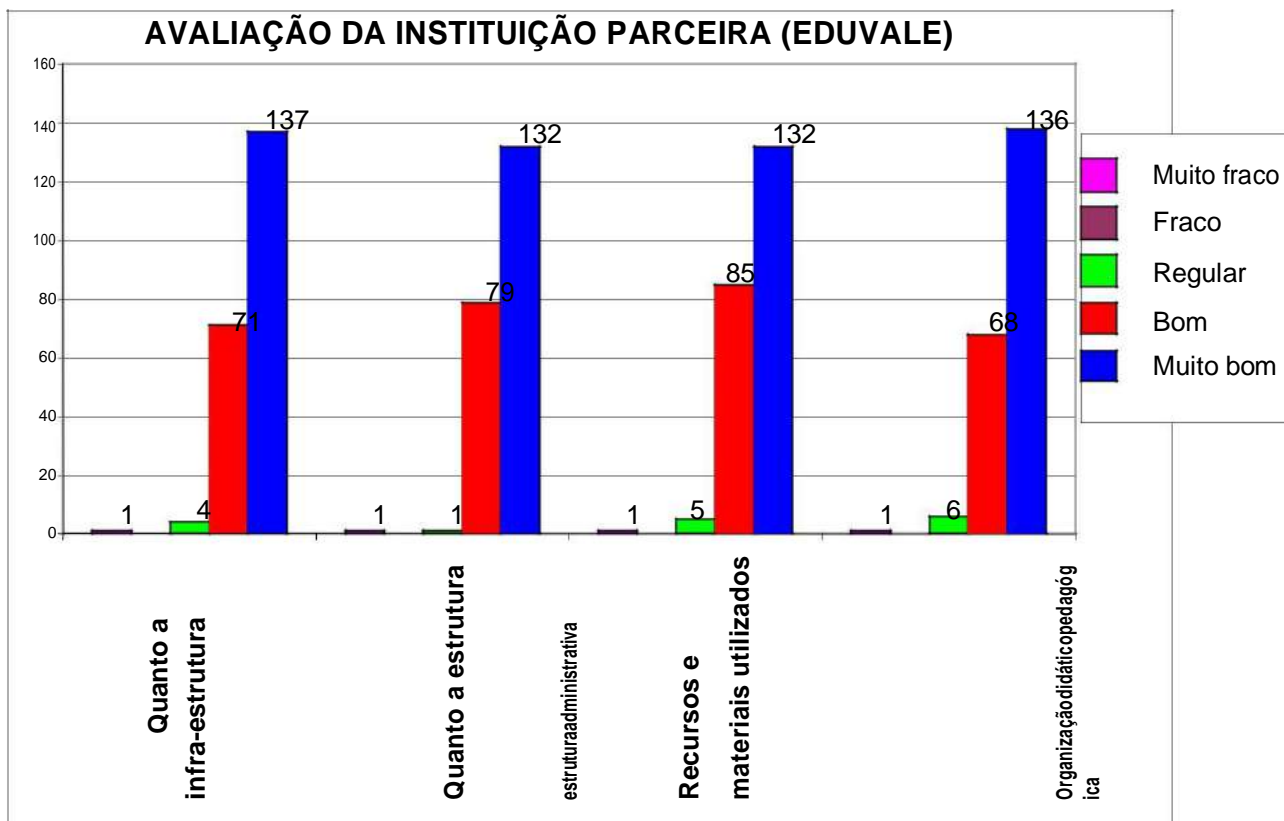
GRÁFICO 3



Fonte: Projeto Sala de Professor da Escola Estadual Milton da Costa Ferreira.

O gráfico 4 (abaixo), que diz respeito à avaliação da instituição parceira, também encontramos um alto índice de aprovação, em todos os quesitos avaliados lemos em sua maioria “muito bom” e “bom”. Demonstrando com estes resultados que ambas as partes ficaram satisfeitas com o evento, demonstrando também que quando se uni forças num mesmo ideal consegue-se superar expectativas. Neste caso esta parceria veio de encontro com uma necessidade e que acabou comprovando que um dos caminhos que a escola poderá utilizar para superar suas dificuldades é através de boas parcerias.

GRÁFICO 4



Fonte: Projeto Sala de Professor da Escola Estadual Milton da Costa Ferreira.

Nas fichas de avaliação fornecida aos participantes, também encontrava-se perguntas subjetivas a serem respondidas num total de três. Que faremos uma análise a partir de uma amostragem de respostas, pois ao ler todas as fichas de avaliação, ficou notório que as respostas apesar de passarem pela subjetividade dos participantes ainda assim não ficaram tão diferentes umas das outras.

Desta forma, resolvemos coletar algumas respostas de forma aleatória e faremos uma leitura das mesmas.

Sendo assim iniciaremos a análise fazendo um recorte das respostas transcrevendo três respostas de cada pergunta.

Primeira pergunta: Você aconselharia outros colegas a fazerem este curso?

Justifique

1 Sim, todos os seres humanos merecem passar pela experiência, é muito enriquecedora tanto pessoal como profissional.

2 Sim, pois nos faz acordar para situações que vivemos a todo instante.

3 Sim, porque o curso contribuiu para ampliar conhecimentos, repensar conceitos.

Todas as respostas apesar da escrita se diferenciarem, continham o mesmo teor, ou seja, gostaram tanto que sim, aconselhariam outros a fazerem o curso, e isso se justificou, pois o número de participantes apesar de diversificar sempre tinha alguém novo, que vinha por interesse no módulo a ser apresentado e por indicação de alguém relacionado com a escola em questão.

Foi assim que nos dez módulos trabalhados tivemos em média 22 participantes que interagiam com todos os temas apresentados.

Segunda pergunta: Quais tópicos do curso poderiam ser omitidos, acrescentados ou ampliados?

2.2 nenhum.

2.3 Acredito que todos os tópicos trabalhados foram de inteiro aproveitamento.

2.4 Acho que foi muito bom a exposição dos conteúdos, não deixando nada a desejar.

Mais uma vez fica para nós a certeza de que construímos juntos um caminho a ser percorrido no futuro, a partir destas respostas sobre os tópicos apresentados e que todos com exceção de pequeno percentual disseram que poderia ser aumentado, e não tivemos nenhuma resposta no sentido de dizer que deveria ser omitido algum tópico, demonstrando assim que os módulos pensados a partir de conversas com o coletivo da escola fez toda uma diferença.

Terceira pergunta: Comente sobre a contribuição deste curso para sua formação.

1 Serviu para que vislumbrasse que minha capacidade depende diretamente da minha vontade de aperfeiçoar o que trago dentro de mim.

2 Foi muito importante para acrescentar e enriquecer o meu acervo intelectual.

3 foi importante como todos os cursos que é feito para a informação do professor, para que ele melhore cada vez mais.

Estas respostas vieram de encontro a nossa inspiração quando se cogitou trabalhar a formação continuado, ou seja, que os profissionais da educação internalizassem que a formação inicial é um processo fundamental que oferece a identidade profissional, mas que é a formação continuada que permite ao profissional construir sua própria identidade como sujeito do processo.

5 CONCLUSÃO

Hoje, é consensual que a formação inicial e continuada do professor deve se constituir num processo contínuo e interligado. Essas duas modalidades de formação têm o mesmo objetivo, que é propiciar preparo ao professor para atuar bem, de maneira criativa, assegurando aprendizagem de qualidade aos alunos. Mas elas têm características bem específicas. Diferentemente da formação inicial, a formação continuada é desenvolvida tendo-se como referência uma organização escolar específica, desafios que o professor já enfrenta na sala de aula, questões do dia-a-dia profissional.

Uma visão progressista de desenvolvimento profissional exclui uma concepção de formação baseada na racionalidade técnica (em que os professores são considerados meros executores de decisões alheias) e assume a perspectiva de considerá-los em sua capacidade de decidir e de rever suas práticas e as teorias que as informam, pelo confronto de suas ações cotidianas com as produções teóricas, pela pesquisa da prática e a produção de novos conhecimentos para a teoria e a prática de ensinar.

O processo de formação deve dotar os professores de conhecimentos, habilidades e atitudes para desenvolver profissionais reflexivos ou investigadores. Nesta linha, o eixo fundamental do currículo de formação do professor é o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre a própria prática docente, com o objetivo de aprender a interpretar, compreender e refletir sobre a realidade social e a docência. [...]. Mas o professor não deve refletir unicamente sobre sua prática, mas sua reflexão atravessa as paredes da instituição para analisar todo tipo de interesses subjacentes à educação, à realidade social, com o objetivo concreto de obter a emancipação das pessoas. (IMBERNÓN, 2002, p. 39 e 40).

Considera, assim, que as transformações das práticas docentes só se efetivam na medida em que o professor amplia sua consciência sobre a própria

prática, a da sala de aula e a da escola como um todo, o que pressupõe conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade.

Dessa forma, os professores contribuem para a criação, o desenvolvimento e a transformação nos processos de gestão, nos currículos, na dinâmica organizacional, nos projetos educacionais e em outras formas de trabalho pedagógico.

Por esse raciocínio, reformas gestadas nas instituições, sem tomar os professores como parceiros/autores, não transformam a escola na direção da qualidade social.

Em consequência, valorizar o trabalho docente significa dotar os professores de perspectivas de análise que os ajudem a compreender os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais nos quais se dá sua atividade docente.

Dada à natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se dos processos de formação que desenvolvam conhecimentos e habilidades, competências, atitudes e valores que possibilitem aos professores ir construindo seus saberes-fazer docentes a partir das necessidades e desafios que o ensino como prática social lhes coloca no cotidiano.

Desta forma nos sentimos gratificados ao término deste trabalho, pois alcançamos nosso objetivo de mostrar aos profissionais da educação da Escola Estadual Milton da Costa Ferreira que é possível unir a teoria a prática, dentro de um trabalho sério que leve em consideração todo o contexto social que nos envolve.

Permitir a percepção que o coletivo trabalhando em uníssono é capaz de romper as barreiras da indiferença em relação ao aprender a aprender, que, quando buscamos parcerias sérias somos capazes de nos tornarmos fortes em frente a situações conflituosas e que depende de nós rompermos com o velho, não num sentido desvalorativo, mas sim resignificando-o para melhor atender as expectativas sobre nós educadores.

Concluindo, a formação continuada de professores não se dá somente a partir do desenvolvimento de saberes profissional. São eles, contudo, que norteiam a atuação, fundamentam as “certezas” tão necessárias ao professor, justificam suas pretensões de profissional e o ajudam na resistência à desvalorização profissional.

Constituem-se, assim, no ponto de partida para sua formação continuada e no elemento mais substantivo de sua identidade profissional.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **Alfabetização emocional**: novas estratégias. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre**: imagem e auto-imagem. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

COLL, César. Cláudia Schilling (tradutora). **Psicologia e currículo**: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. 5 ed. São Paulo: Ática, 1987.

FILHO, Alírio de Cerqueira. **A arte da competência essencial**. 2 ed. São Paulo: Totalidade, 2002.

GOLEMAN, Daniel. Marcos Santarrita (tradutor). **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GOLEMAN, Daniel. M. H. C. Cortes (tradutor). **Trabalhando com a inteligência emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

GUIMARÃES, Valter Soares. **Formação de professores**: saberes, identidade e profissão. Campinas: Papyrus, 2004. Coleção entre nós professores.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002. Coleção questões da nossa época v. 77.

KULISZ, Beatriz. **Professores em cena**: o que faz a diferença. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. Coleção cadernos educação infantil; v. 15.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção docência em formação).

LUCCA, Lousanne Arnoldi de. **Alfabetização afetiva**. 3 ed. São Paulo: Vida & consciência. 2001.

NETO, Antonio da Costa. **Paradigmas em educação no novo milênio**. Goiânia: Kelps, 2002.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. Séria educação em ação. 3 ed. São Paulo: Ática, 2004.

PARO, Vítor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SHINYASHIKI, Roberto. **A carícia essencial**: uma psicologia do afeto. São Paulo: gente, 2005.

TARDIF, Maurice. Francisco Pereira (tradutor). **Saberes docentes e formação profissional**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING DE RELACIONAMENTO PARA AS ORGANIZAÇÕES: FOCO NO CLIENTE EXTERNO

Francielli José Primo Golveia.¹

MsC. Wanderlan Barreto da Rosa²

RESUMO

Nesta pesquisa, será abordada a importância do Marketing de Relacionamento como um diferencial competitivo no processo de conquista, fidelização e retenção de clientes. Observa-se o uso da ferramenta *Customer Relationship Management* (CRM) pelas organizações, sua contribuição e benefícios nos processos de fidelização de cliente. Para que o estudo tenha embasamento científico, o mesmo foi conduzido através de pesquisa descritiva, com aplicação de entrevista pré-estruturada com características qualitativas.

Palavras-chave: Marketing de Relacionamento, Cliente e *Customer Relationship Management*.

INTRODUÇÃO

As organizações estão vivenciando uma nova fase, em que a concorrência está cada vez mais acirrada. Essa disputa ocorre para conquistar um bem maior: o cliente.

Os clientes, por sua vez, estão mais difíceis de agradar, estão mais exigentes, conscientes de preços, buscam a excelência em tudo que consomem, seja na aquisição de novos e melhores produtos ou na qualidade do atendimento que recebem. É nesse momento que as organizações precisam compreender essa realidade, para que o processo de conquista e fidelização de clientes seja não só eficiente, mas também lucrativo.

¹ Acadêmica concluinte do curso de Administração da UNIC – FAIR – Rondonópolis - MT

² Coordenador e Professor do curso de Administração – UNIC – Rondonópolis - MT

A empresa que consegue administrar o seu relacionamento com o cliente adquire vantagem e se destaca em relação às outras. O objetivo é manter os seus clientes com uma relação de credibilidade e confiança, o que possibilita construir relacionamentos duradouros.

A satisfação do cliente vem a ser uma ferramenta indispensável para medir um produto ou serviço oferecido. Esse parâmetro pode ser obtido através da comparação entre a oferta e a expectativa do cliente. Satisfazer o cliente é suprir suas expectativas e necessidades, e para isso as organizações precisam ser orientadas para o cliente.

Sabemos que as expectativas do cliente vêm através de compras anteriores e propagandas sobre os produtos, além de indicações de amigos ou parentes. Não é fácil suprir essas expectativas, já que a organização não sabe ao certo o que o cliente espera. Mas ela deve captar o máximo de informações sobre seus clientes para trabalhar cada um deles, de acordo com sua necessidade ou expectativa.

As organizações buscam apoio no Marketing para conquistar os consumidores, de forma que esses se tornem fieis à marca e/ou organização.

O Marketing de Relacionamento é uma ferramenta de extrema importância para as organizações se sobressaírem no mercado. Dentro do Marketing de Relacionamento existem várias vertentes, que as organizações podem adotar para obter sucesso no processo de fidelização do cliente.

Nesse artigo, abordam-se os tópicos acima citados e realiza-se uma análise sobre gestão do relacionamento com o cliente, utilizando-se do CRM (*Customer Relationship Management*) como estratégia para auxiliar o processo de conquista e fidelização de clientes.

METODOLOGIA

É de vital importância que este trabalho seja elaborado através de métodos, e que esses métodos sejam científicos, pois “não há ciência sem o emprego de métodos científicos” (MARCONI E LAKATOS, 2001).

Sobre métodos, Hegenberg (1976), afirma que este é o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido fixado de antemão de modo refletido e deliberado. É necessário que haja um caminho seguro, para que a pesquisa seja desenvolvida e alcance o objetivo esperado.

Este trabalho é uma pesquisa do tipo descritiva, pois se utilizou de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário (MARCONI E LAKATOS, 2001) aplicado como entrevista pré-estruturada com características qualitativas.

De acordo com Marconi e Lakatos (2001), a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento. Nesse tipo de pesquisa dados como hábitos, atitudes e comportamentos são analisados de forma mais detalhada, o que nos permite um maior embasamento no desenvolvimento deste.

Assim sendo, a coleta de dados ocorreu em dois momentos. No primeiro fez-se a pesquisa bibliográfica.

Segundo Marconi e Lakatos (2001, p.44):

A finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

No segundo momento utilizou-se a entrevista pré-estruturada com características qualitativas, que é usada quando se busca percepções e entendimento sobre determinado assunto ou questão. Para a interpretação dos resultados, fez-se uma análise de texto para melhor compreender e analisar os dados colhidos.

Conceito de Marketing

Com a era da modernidade, o mercado está repleto de novos produtos, novas marcas, tecnologias avançadas, preços para atender vários tipos de consumidores e organizações buscando seu espaço nessa intensa competição. É nesse ambiente que as organizações definem suas estratégias de marketing, como vencer essa disputa, ganhar mercado e fidelizar clientes.

Segundo Dias (2004, p.02):

Marketing pode ser entendido como a função empresarial que cria continuamente valor para o cliente e gera vantagem competitiva duradoura para a empresa, por meio da gestão estratégica das variáveis controláveis de marketing: produto, preço, comunicação e distribuição.

O Marketing é uma ferramenta utilizada nas organizações para que a mesma possa se sobressair no mercado e melhor atender os clientes, com o intuito de fidelizar os mesmos e obter lucratividade.

Las Casas (2010) define o termo Marketing como “ação no mercado”. As organizações utilizam o Marketing em várias situações do dia a dia. Cita-se, por exemplo, o lançamento de um novo produto, formação de preço e segmentação de clientes, dentre outros.

As organizações buscam fazer parte desse mercado competitivo, mas não é só isso. Com o Marketing, as organizações entenderam que para fazer parte dessa competição não é necessário apenas produtos de boa qualidade, marca ou preço acessível. As organizações entenderam que suas estratégias de marketing precisam estar voltadas para o cliente, suprir suas necessidades e expectativas e melhorar o relacionamento entre organização e cliente.

Kotler (1985) traz outra definição de Marketing, que convida à reflexão e debate. Para ele "Marketing é a atividade humana dirigida para a satisfação das necessidades e desejos, através de processos de troca".

Em outro momento Kotler afirma (2003):

Marketing é a função empresarial que identifica necessidades e desejos insatisfeitos, define e mede sua magnitude e seu potencial de rentabilidade, especifica que mercados-alvo serão mais bem atendidos pela empresa, decide sobre produtos, serviços e programas adequados para servir a esses mercados selecionados e convoca a todos na organização para pensar no cliente e atender ao cliente.

Diante desses conceitos percebe-se grande evolução da definição de Marketing, e nesta última definição Kotler enaltece, de certo modo, a importância do

envolvimento de todos na organização para pensar no cliente. Isto representa a busca pela excelência no relacionamento com o cliente.

Conceito de Marketing de Relacionamento

O Marketing de Relacionamento surgiu na década de 90, quando as organizações entenderam que os clientes tinham vontades e necessidades diferentes, ou seja, os serviços e produtos oferecidos a todos não poderiam ser os mesmos. Pesquisado a respeito encontra-se em Grönross (1995) apud Toledo, Rocha e Nucci (2004) que a meta do marketing de transação é conquistar clientes, enquanto a meta do Marketing de Relacionamento é manter clientes.

Segundo Las Casas (2010) Marketing de Relacionamento ou *after-marketing* são todas as atividades de marketing destinadas a manter um cliente em situações de pós-vendas.

O Marketing de Relacionamento é uma ferramenta de gestão de relacionamentos utilizada pelas organizações para que as mesmas tenham sucesso na fidelização de clientes e na rápida aceitação de novos produtos e serviços lançados ao mercado diariamente.

O objetivo principal do Marketing de Relacionamento é construir e/ou aumentar a percepção de valor da marca, de seus produtos e serviços e a rentabilidade da empresa ao longo do tempo, a partir de estratégias de comunicação e de relacionamento propriamente dito com todos os seus *stakeholders*, integrando suas ações desde o projeto de um produto ou serviço ao desenvolvimento de processos, venda e pós-venda. (DIAS, 2011)

As organizações buscam manter relacionamentos duradouros com os clientes, fazendo com que estes deixem de ser apenas consumidores esporádicos e passem a ser clientes fiéis.

As organizações voltadas para o cliente elaboram estratégias de Marketing de Relacionamento para que seus produtos e serviços estejam cada vez mais próximos dos seus clientes, conquistando-os com o valor dos produtos entregues e a qualidade do atendimento que disponibilizam.

Para que a interação entre cliente e fornecedor exista e a organização possa obter sucesso em suas estratégias de Marketing de Relacionamento, é necessário

que a mesma conheça o seu cliente, ou seja, a organização deve possuir dados atualizados sobre seus clientes para oferecer um produto ou serviço que possa suprir suas necessidades e expectativas. Moreira (2008) confirma esse raciocínio citando que estudar o comportamento dos consumidores é alimentar a empresa para que ela saiba atender as necessidades e possa desenvolver seu produto e serviço.

O Marketing de Relacionamento auxilia as organizações na complexa tarefa de conquistar e identificar os conceitos que o cliente valoriza, utilizando-se de estratégias que trarão benefícios para todos os envolvidos. Esse esforço constante, que é vivenciado pelas organizações, tem como objetivo fazer com que os clientes se apaixonem pelo produto que estão consumindo ou pelo atendimento que estão recebendo, tornando essa relação duradoura e lucrativa. Lovelock (2001) revalida esse conceito quando menciona que a satisfação e deleite do cliente podem ser projetados em um serviço ou a partir dele, dependendo da eficácia com que uma empresa orquestrar os processos de entrega tanto de suas ofertas básicas de serviços como de suas ofertas suplementares.

O marketing de relacionamento como diferencial Competitivo

As organizações bem sucedidas sabem que a chave para o sucesso é o encantamento de seu cliente. Para isso, elas utilizam o Marketing de Relacionamento como diferencial competitivo.

Segundo Lovelock (2001), o Marketing de Relacionamento envolve atividades destinadas a desenvolver ligações economicamente eficazes de longo prazo entre uma organização e seus clientes para benefício mútuo. Sendo assim, a organização que possui o Marketing de Relacionamento de forma ativa, envolvendo principalmente os funcionários que prestam serviços diretamente aos clientes, possui grandes chances de lucratividade a longo prazo.

Para que essa ferramenta seja utilizada em benefício da organização como diferencial competitivo, todos os envolvidos nesse processo, em especial os funcionários que lidam diretamente com os clientes, devem ser treinados e constantemente motivados para que o atendimento sempre encante o cliente que o receberá.

O Marketing de Relacionamento, associado a profissionais qualificados e motivados, resulta em prestação serviços de qualidade e bom atendimento aos clientes, encantando e fidelizando os mesmos. Em suma, trata-se de uma ferramenta extremamente competitiva.

Cliente e Fidelização de Cliente

As pessoas físicas ou jurídicas que consomem um bem ou serviço de uma organização de forma esporádica são chamadas de consumidor. Quando o consumidor adquire os produtos ou serviços com frequência na mesma organização, este se torna cliente.

Segundo Bogmann (2002), cliente é a pessoa que compra os produtos ou serviços de uma organização, seja para consumo próprio ou distribuição dos mesmos. Por esse motivo é tão importante saber quem são os clientes, para que a organização saiba como satisfazer suas necessidades e superar suas expectativas.

Ao oferecer produtos ou serviços ao cliente, a organização deve entender que cada cliente é único e possui suas particularidades, necessidades e desejos. O objetivo da organização é proporcionar uma sensação de satisfação, prazer e encantamento ao cliente, quando este realizar uma compra ou receber um atendimento. Essa sensação percebida pelo cliente fará com que ele volte a consumir ou utilizar os serviços na organização.

Esse é um fator importante que irá ditar se o cliente voltará à organização ou não. O cliente encantado voltará à organização e será um cliente regular, ou seja, passará a adquirir regularmente os produtos ou serviços (BOGMANN, 2002).

Recorrendo a Grönross, compreende-se que é mais trabalhoso formar uma grande carteira de clientes consolidada pela fidelidade, do que investir alto para conquistar-se um nicho de mercado. Porém, quando comparados, a carteira formada ao longo do tempo e consolidada aos poucos tem maior rendimento e cria maior valor para a empresa. Sendo assim, o relacionamento e a fidelização precisam ser vistos como estratégia permanente.

O objetivo das organizações na fidelização de seus clientes é assegurar que estes não migrem para a concorrência, e garantir para a organização retornos financeiros.

Las Casas (2010), comenta que fidelização significa que os clientes continuam a comprar de uma empresa porque acreditam que ela tenha bons produtos e serviços, e porque se sentem atendidos em suas necessidades e desejos.

A probabilidade de que clientes migrem para a concorrência é muito menor quando existe uma relação de fidelidade perante os produtos da empresa que utiliza o Marketing de Relacionamento de forma eficaz.

Clientes fiéis e satisfeitos geram lucros para a organização e são atrativos para novos clientes. Bogmann (2002), cita que “reter é muito mais barato que conquistar”. Se não se consegue reter, as novas conquistas não se concretizam e esse investimento de nada valerá, ou seja, o processo de fidelização e retenção de clientes exige uma manutenção constante.

A organização deve sempre ter foco em satisfazer seus clientes, mesmo que esse já seja considerado um cliente regular. A fidelização é um investimento de longo prazo, pois cliente satisfeito não significa cliente fiel. As necessidades e expectativas do cliente não são uma constante, e por esse motivo as organizações devem sempre procurar surpreender os clientes, e não o contrário.

Customer Relationship Management – CRM

Manter uma relação sólida e duradoura com o cliente e fazer com que este seja fiel aos produtos ou serviços que recebem é o objetivo de toda organização.

Com base no conceito de que cada cliente possui suas particularidades, as organizações estão personalizando o atendimento para melhor atendê-los, fidelizando assim seus clientes potenciais. Para a concretização desse processo, as empresas buscam auxílio no CRM.

Las Casas (2010) afirma que CRM é uma combinação de marketing com tecnologia, além de incorporar a filosofia de outras atividades ligadas ao relacionamento, objetivando a criação de valor.

Moreira (2008), por sua vez, explica que CRM significa entender o comportamento do cliente e desenvolver ações focadas em suas necessidades, a fim de obter retorno em lealdade e lucratividade.

Ambos definem CRM como uma ferramenta para auxiliar e melhor atender o cliente, e que com isso a organização obtém melhor lucratividade.

Uma análise deve ser feita na organização: quanto vale o cliente ao longo do tempo que este é consumidor de serviços e produtos, ou seja, os investimentos para fidelização do cliente devem ser avaliados pelo seu retorno.

A organização que possuir maiores informações sobre seus clientes poderá obter vantagens no mercado, pois terá acesso aos seus hábitos de compra e suas necessidades. Essas informações, ou até mesmo outras que a organização julgar importante, poderão ser transformadas em [...] táticas mercadológicas, objetivando fidelizar o cliente (LAS CASAS, 2010).

O CRM é considerado uma ferramenta de vital importância no processo de gestão de relacionamentos da organização. Por se tratar de uma “junção” de tecnologia e recursos humanos, o CRM ajuda a organização a entender, classificar e gerir as Informações detalhadas dos clientes-foco, informações essas que podem ser utilizadas como táticas mercadológicas.

O uso correto dessa importante ferramenta garante a ampliação do negócio através da retenção e manutenção de clientes potenciais.

Moreira (2008) cita que os funcionários são peças chave para o desenvolvimento de um CRM, antes mesmo da compra de um *software* ou de um *hardware*. Ou seja, para que os resultados sejam positivos, não basta apenas ter o CRM implantado em máquinas com alta tecnologia. É necessário que seja feita a compilação das informações e que esta, por sua vez, seja elaborada pelos funcionários que lidam diretamente com os clientes.

Resultado e Discussões

O CRM é uma ferramenta que possibilita um melhor contato com o cliente, o que é confirmado por Las Casas (2010), que diz que esta combina marketing com tecnologia. O entrevistado explica que o CRM ajuda a desenvolver estratégias

competitivas de atuação e comercialização de produtos e serviços, principalmente na inovação que Moreira (2008), confirma como “desenvolvimento de ações focadas em necessidades”.

A compreensão do comportamento do cliente é de fundamental importância no retorno tanto do ponto de vista de lealdade do cliente quanto de lucratividade da empresa (Moreira, 2008). O entrevistado afirma que a comunicação participativa facilita a obtenção de resultados e pode manter o convívio duradouro entre cliente e empresa, o que vai de encontro ao conceito de compreensão do comportamento do cliente.

O bom gerenciamento do relacionamento entre cliente e empresa é o melhor benefício proporcionado pelo CRM conforme é citado pelo entrevistado. No longo prazo, tal constatação é incorporada pela afirmação de Las Casas (2010), sobre o Marketing de Relacionamento, que corresponde a todas as atividades de marketing destinadas a manter um cliente em situações de pós-vendas.

Para o entrevistado, que é o proprietário da empresa, a equipe de vendas só deve ter acesso aos resultados proporcionados pelo CRM, assim como os números relacionados ao desempenho das vendas. Moreira (2008), discorda dessa abordagem, uma vez que ele cita que os funcionários são peças chave para o desenvolvimento de um CRM, antes mesmo da compra de um software ou de um hardware. A posição do entrevistado, portanto, pode afetar negativamente o resultado do uso da ferramenta.

As vendas, assim como o alinhamento do estoque, são planejadas com base no estudo do CRM, explica o entrevistado. Apesar de não estar dentro do enfoque deste trabalho, é preciso mencionar que neste ponto o CRM auxilia a gestão estratégica do produto, que é uma das variáveis controláveis do marketing convencional citadas por Dias (2004).

Segundo (Las Casas, 2010), táticas mercadológicas que objetivam a fidelização do cliente são elaboradas com base nas informações que a organização obtém deles por meio do CRM. O entrevistado afirma que o CRM traz benefícios por auxiliar no posicionamento do produto, principalmente considerando-se seu preço de mercado e o retorno obtido dos clientes cuja fidelização está sendo almejada.

CONCLUSÃO

Diversos autores defendem o uso do CRM como uma ferramenta competitiva e que traz inúmeros benefícios, como fidelização e retenção de clientes.

O CRM é uma ferramenta de alto custo, mas que pode trazer retorno satisfatório para a organização que a utiliza por permitir uma mensuração apurada dos resultados esperados.

Apesar de possuir a ferramenta, o entrevistado não faz o uso da mesma de forma satisfatória. O potencial de aproveitamento fica dessa forma reduzido, e os benefícios teoricamente possíveis decorrentes de sua utilização não podem ser quantificados.

É preciso que as organizações tenham em seu quadro de colaboradores profissionais que possuam conhecimentos em Marketing de Relacionamento, para que estes por sua vez possam extrair o máximo dessa ferramenta. O retorno financeiro torna-se, portanto, uma realidade que justifica de forma sustentável o custo de implementação da ferramenta.

REFERÊNCIAS

BASTA, Darci – MARCHESINI, Fernando Roberto de Andrade – OLIVEIRA, José Antonio Ferreira, SÁ, Luis Carlos Seixas de – **Fundamentos de Marketing** -2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOGMANN, Itzhak Meir. **Marketing de relacionamento: estratégias de fidelização e suas implicações financeiras** – São Paulo: Nobel, 2002.

DIAS, Sergio Roberto. **Gestão de Marketing**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Disponível em

<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Estrategiasdemarketingderelacionament o.htm>> 08/05/2011 18:25 hs)

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** – 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRÖNROOS, Christian. **Marketing. Gerenciamento e Serviço**. Rio de Janeiro Campus apud Geraldo Luciano Toledo, Thelma Rocha, Paulo Nucci: **O Marketing de Relacionamento e a Construção da Fidelidade do Cliente. Um Estudo de Caso em uma Empresa Brasileira de Seguros**. VII SEMEAD, 2004

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**- 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006

KOTLER, Philip. **Marketing de A a Z**. Editora Campus, 2003.

LAKATO, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos** - 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de Marketing: conceitos, planejamento e aplicações a realidade brasileira** – 1ª Ed – 3ª reimpr.- São Paulo: Atlas.2010.

LOVELOCK, Cristopher, Wright, Lauren. **Serviços: Marketing e Gestão**- 1º Ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MOREIRA, Julio Cesar Tavares. **Serviços de Marketing- Um diferencial competitivo**- 1º Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GESTÃO AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES

DRUNN, Kamila Camargo.
GARCIA, Hugney Matos.
UNIC – Floriano Peixoto.

RESUMO

O mundo se desenvolveu muito rápido após a descoberta dos meios possíveis de utilização do meio ambiente em seus processos de produção e criação, o que tornou a utilização inconsciente dos recursos gerando um consumo inadequado. O desenvolvimento da consciência ecológica encontra-se distribuída em diferentes camadas e setores da sociedade mundial envolvendo também o setor empresarial, mas as pessoas ainda precisam conhecer melhor os problemas causados pelo mau uso dos recursos naturais, através da reeducação que só será possível se trabalhada junto ao desenvolvimento econômico, desenvolvimento ambiental e proteção ambiental. A Gestão ambiental é um dos pilares de sustentabilidade, que auxilia as empresas em seus planejamentos ecológicos desenvolvendo um desencadeamento positivo em vista da imagem e custos da empresa. Seguindo neste objetivo é preciso de qualquer forma iniciar pelo ponto crítico e chave da questão, que se chama reeducação ambiental que integra não só as empresas como também a sociedade em geral, pois o individuo educado hoje será o individuo consciente de amanhã. A falta de incentivo nesta parte ainda é sensível, mas devemos acreditar que nunca será impossível. Uma ferramenta que direciona os interesses socioambientais dos administradores é a ISO14001, que rege modelos de controle e monitoramento dos impactos, que auxilia na administração ecologicamente correta ligada as preocupações ambientais e lucrativas. A comunidade reconhece e acompanha empresas que se preocupam com as formas corretas que minimizam os impactos ambientais, com isso é interessante que a empresa mantenha essa comunicação antecipada e transparente dos processos e produtos. Todo desenvolvimento gira em torno de muitas metas, objetivos talvez muito diferentes, mas que entre si são iguais, pois a luta será sempre a mesma, a utilização correta e consciente dos recursos naturais.

Palavras Chave: Educação; Gestão; Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo trata do Desenvolvimento Sustentável e aplicações em sistemas como a Gestão Ambiental. Tendo como foco a conscientização e informação de métodos ambientalmente corretos para a vida pessoas dos envolvidos e no ambiente empresarial.

Para a empresa que pretende seguir o caminho do Desenvolvimento Sustentável, precisa se adequar as normas ambientais regidas por programas como SGA (Sistema de Gestão ambiental), ISO14000 E 14001 e Agenda 21. Todos esses formam normas, procedimentos e documentos importantes para criação e manutenção de programas ambientais.

O fato é que para seguir e manter a empresa sempre em conformidade, se torna trabalhoso, mas com certeza gratificante e lucrativo para todos os envolvidos. Todo processo de regularização depende muito dos interesses da empresa e de sua equipe, e para isso se torna necessário um planejamento e uma equipe integrada dos assuntos a serem cumpridas no decorrer do processo.

Além do reconhecimento sustentável perante o mercado, fornecedores e clientes, a empresa manterá um nível de credibilidade e qualidade em seus processos e produtos. Pois juntamente a eles obterá os certificados de regularidade perante as normas do Meio Ambiente tornando-os corretos perante as normas ambientais.

Desta forma, será tratado os Conceitos, tipos, formas e procedimentos que são necessários para um bom desenvolvimento do plano de ação ambiental Que formará uma grande corrente da empresa com a sociedade e o meio ambiente.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada quanto aos procedimentos, é uma pesquisa bibliográfica e de levantamento, pois como apontam Silva e Menezes (2001) foram utilizados de dados já publicados, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos, disponíveis atualmente na internet. Netto entende que o procedimento

bibliográfico tem como princípio básico conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno.

Visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. (SILVA E MENEZES, 2001, p. 21)

Os dados foram coletados pelo método qualitativo, visto que, os critérios numéricos não servem de base para garantir a representatividade de pesquisa.

Segundo VERGARA (1997), a pesquisa pode ser classificada com sendo um estudo de caso, uma vez que centra sua lente sobre a análise da situação atual e as medidas para o alcance do desenvolvimento sustentável.

A presente pesquisa, do ponto de vista dos seus objetivos é uma pesquisa exploratória, que segundo Netto, objetiva a descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Desenvolvimento Sustentável

De acordo com Mendes, se por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia. A partir daí surge o termo Desenvolvimento sustentável, que tem o objetivo de conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental. O modelo de desenvolvimento sustentável, reúne diferentes fontes e maneiras corretas de utilização dos recursos naturais, com base em leis e normas regentes. Considerado um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado que atende as necessidades da sociedade, empresa e governo, sem agredir o meio ambiente.

O conceito de sustentabilidade baseia-se na economia, preocupação ecológica, cultural, espacial, política e ambiental. Todos estes tópicos são de diferentes preocupações, mas seu objetivo final é o mesmo.

Conforme arquivos da internet é possível conhecer como alavancou o conhecimento sobre o Desenvolvimento Sustentável, mediante a Conferência das

Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992. O processo iniciado no Rio em 1992, reforça que antes de se reduzir a questão ambiental a argumentos técnicos, deve-se consolidar alianças entre os diversos grupos sociais responsáveis pela catalisação das transformações necessárias.

O verdadeiro desenvolvimento – assim como a preservação dos recursos – não está relacionado apenas com os aspectos econômicos de uma nação. O verdadeiro desenvolvimento, mais do que autossustentável, teria de ser auto preservante no sentido de procurar, ativamente, criar condições de autopreservação das culturas tradicionais, valorizando-as de modo a inibir as pressões do consumismo. [...] a extraordinária capacidade do ser humano para deformar o meio ambiente e adaptá-lo aos seus próprios interesses tem, também, suas limitações. Uma delas é o próprio homem, com suas tradições, histórias e vocação. Desrespeitá-las é desrespeitar a própria dignidade humana. (BRANCO, 2004, p. 93)

Com base na citação de Branco é possível entender que o desenvolvimento é constante. Sendo assim, foram criadas algumas frentes que auxiliam na organização e seguimento do programa de sustentabilidade. Começando pela sustentabilidade ambiental, atende a manutenção das funções e componentes do ecossistema de modo sustentável, com a responsabilidade de manter as condições de vida em um nível adequado para as pessoas e os demais seres vivos. Seguindo da sustentabilidade econômica, formada pelo conjunto de medidas e políticas que se preocupam com os conceitos ambientais e sociais. Tendo em vista o monitoramento e criação de projetos que apoiem a medição financeira mediante dados dos recursos utilizados como recursos naturais, sejam eles, minerais, matéria prima, como madeira, por exemplo. Método aplicado para garantir a exploração sustentável dos mesmos. E o último, mas não o menos importante falamos do Sócio – política, responsável pelo equilíbrio ambiental, que além de visar o seu desenvolvimento auxilia no desenvolvimento da socioeconômica. Além de ser envolvido com a economia consegue envolver pontos culturais e humanos em sua administração.

3.2 Conceito Do Sistema De Gestão Ambiental – Sig

O conceito de Gestão Ambiental baseia-se na conscientização a partir da informação que influencia nas atitudes tomadas pelos indivíduos de acordo com a necessidade do meio ambiente.

A Gestão Ambiental visa ordenar as atividades humanas para que estas originem o menor impacto possível sobre o meio. Esta organização vai desde a escolha das melhores técnicas até o cumprimento da legislação e a alocação correta de recursos humanos e financeiros. (BRUNS, 2006).

Colocar em prática as normas de gestão além da verdadeira preocupação com a escassez de nossos recursos é o principal objetivo por parte da reeducação ambiental. O Sistema de Gestão Ambiental permite que a organização atinja o nível de desempenho por ela determinado e promova sua melhoria contínua ao longo do tempo, gerando um benefício mútuo aos recursos ambientais e aos negócios da empresa. Consiste, essencialmente, no planejamento de suas atividades, visando à eliminação ou minimização dos impactos ao meio ambiente, por meio de ações preventivas ou medidas eficazes, além de ligar essa ação com o desenvolvimento de pessoas e processos.

A Administração com base na Gestão Ambiental acontece de acordo com a realidade da empresa, podendo alternar conforme situações diversas, mas em geral ao definir a prioridade e necessidade da empresa é desenvolvido o plano de Gestão Ambiental. Assim, o empresário e o investidor, que antes viam a gestão ambiental como mais um fator de aumento de custos no processo produtivo se depara com vantagens competitivas e oportunidades econômicas de uma gestão responsável dos recursos naturais. A empresa deve se colocar em uma posição responsável na definição correta dos processos de produção, levando em conta a averiguação de todos os meios, matérias primas e fornecedores em geral.

Cada vez mais a questão ambiental está-se tornando matéria obrigatória das agendas dos executivos da empresa. A globalização dos negócios, a internacionalização dos padrões de qualidade ambiental descritos na série ISO 14000, a conscientização crescente dos atuais consumidores e a disseminação da educação ambiental nas escolas permitem antever que a exigência futura que farão os futuros consumidores em relação a preservação do meio ambiente e qualidade de vida deverão intensificar-se. (DONAIRE, 2010. p. 49)

A empresa deve reconhecer que a questão ambiental é essencial no desenvolvimento nos processos da empresa e interligar a política da mesma com as práticas ambientais. Como por exemplo, no ato de alinhar com os responsáveis por compras, é importante priorizar que todos os equipamentos e matérias primas que serão utilizadas precisam ser especulativamente cotadas e registrada. Toda fonte de retorno deve se adequar aos processos e assim de forma correta minimizando qualquer impacto ligado aos recursos naturais utilizando de forma correta a água, energia e demais materiais.

Etapas como esta envolvem toda dedicação e sensibilidade no momento em que são definidas as estratégias, pois nelas deverão constar a preocupação com os processos internos e externos da empresa. É importante colocar em prática todos os conhecimentos técnicos e científicos.

O ponto relevante neste tipo de gestão é que além de se adequar as normas da ISSO 14001 que auxilia nos projetos é importante que sejam feitas diversas manutenções no planejamento visando sempre a melhoria dos equipamentos utilizados, dos produtos que serão criados, de que forma isso afetará o meio ambiente e tornar todos esses pontos favoráveis a empresa, ao cliente a aos meio ambiente.

A Gestão Ambiental pública é baseada na sustentabilidade dentro do município através de coleta seletiva e uso de recursos, educação ambiental, criação de unidades de conservação, licenciamento. Diferente da Gestão Ambiental Privada onde se faz uso das ISO, em especial a 14001, rotulagem, certificado e selo ambiental, adequação de parâmetros..

Ambas podem ser utilizadas juntas, basta apenas empresa tirar do papel as expectativas de projetos, envolvendo planejamento ambiental e investimento em tecnologias adequadas e materiais corretamente identificados em fonte confiável e certificada ambientalmente.

3. 3 Gestão Ambiental Com Base Na Iso 14001

A ISO 14001 estabelece requisitos para as empresas gerenciarem seus produtos e processos para que eles não agridam o meio ambiente, que a comunidade

não sofra com os resíduos gerados e que todos os envolvidos sejam beneficiados num aspecto amplo. Hoje o regimento acontece por meio da ISO 14001.

Primeiramente a empresa deve elaborar uma Política Ambiental que represente seus produtos e serviços, que seja divulgada entre funcionários e a comunidade. Após esta etapa é importante que todos os processos de identificação, conhecimento e administração aconteçam de forma, com que os resíduos utilizados e gerados sejam controlados conforme Política Ambiental firmada.

Para o bom andamento do Programa Ambiental é preciso que seja formada uma comissão de responsáveis, que acompanham o desenvolvimento das atividades e avaliando seus respectivos retornos. Este programa deve, inclusive, prever ações contingenciais, associadas aos riscos envolvidos.

Em relação à estrutura organizacional, devem-se integrar as funções dos colaboradores através da descrição de cargos e salários. Outra forma importante é por meio de um organograma transferindo responsabilidades aos devidos competentes.

Para que o programa siga conforme metas estipuladas a empresa depende muito da colaboração e entendimento dos colaboradores, por isso, é necessária a aplicação de treinamentos para conscientização da importância das ações com base no planejamento ecológico.

A documentação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é imprescindível que esteja sempre disponível em local de fácil acesso sempre que necessário, servindo de apoio nos esclarecimentos de dúvidas e apoio geral. No caso de documentos obsoletos devem ser arquivados em local restrito, evitando o uso indevido.

Todos os registros de auditoria e análises críticas em questão ambiental, devem ser arquivados e mantidos para se preciso ou solicitado seja comprovado qualquer exigência, tornando uma prova concreta e positiva ao lado da empresa.

A análise crítica do SGA deve a partir do interesse da empresa, que deverá com base nos resultados da auditoria ambiental se organizar aos responsáveis e envolvidos para tomada das devidas alterações, para que atenda as exigências do mercado, clientes, fornecedores e aspecto legal, na busca da melhoria contínua.

3.4 Agenda 21 Como Forma De Planejamento

Após conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, foi criado um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

A Agenda 21 se constitui num poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento.

Segundo BARBIERI, a agenda 21 recomenda novas práticas sociais, econômicas e políticas, constitui uma das contribuições mais importantes para se alcançar essa nova ordem internacional.

Podendo ser utilizado hoje como um manual de orientação de processos e transição para uma nova concepção de sociedade. Não se tratando de apenas um tratados mais sim uma forma capaz de impor vínculos obrigatórios entre os estados

4 ANÁLISE E DISCUSÃO DOS RESULTADOS

A prática da gestão ambiental vai ser um processo contínuo, sem data de início e fim. Dependerá da participação das organizações em todos os seus níveis, da sociedade em todas as classes e do governo em todas as esferas. Será um desafio criar consumidores conscientes, com práticas sustentáveis.

O objetivo de salvar o planeta e preservar os recursos naturais para garantir a nossa existência e as gerações futuras trouxe uma nova percepção de mundo e meio ambiente. É fundamental uma mudança de hábito cultural, e isso só é possível por meio da educação. Segundo Valério, não há veículo de significação social com poder comparável à escola.

Temos o desafio de criar modelos de gestão pública e privada que respeitem a capacidade dos ecossistemas, afinal, é a nossa sobrevivência que está em risco, pois dependemos do planeta para seguir viagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade que pretende viver em um mundo melhor e com recursos que supram suas necessidades, deve se colocar em uma posição responsável quanto a utilização do meio ambiente. A educação é um ponto importante nela conseguimos incluir conhecimentos aos nossos filhos e orientá-los sobre as melhores formas de conservação da natureza. Sendo este nossa forte de energias, lucros e principalmente vida.

Melhorias em nossas atitudes devem ser constantes, desde o ambiente de trabalho até dentro de casa. Não esquecendo que a Natureza faz parte de nossa energia, vitalidade, lucros, suprimento e muitos outros benefícios que nos trás. Por isso faça sua parte, pequenos gestos podem parecer poucos, mas se cada um fizer sua parte isso se tornará o suficiente para tornarmos nosso Meio Ambiente sustentável.

Em alguns casos empresa apenas aderem às normas ambientais por benefícios fiscais, lógico que todos de alguma forma pensam assim. O importante é fazermos nossa parte e pensar na conservação dos recursos naturais e de nosso futuro.

A criação de programas governamentais, programas de conservação estará em desenvolvimento contínuo.

6 REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente:** as estratégias de mudanças da agenda 21 - 6º. ed. - Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANCO, Samuel Murgel. **O Meio Ambiente em Debate.** 3. Ed. Edição reformulada, 45ª impressão. São Paulo: Moderna, 2004

BRUNS, Giovana Baggio de. **Afinal, O que é Gestão Ambiental?** Disponível em <http://ecoviagem.uol.com.br/fique-por-dentro/artigos/meio-ambiente/afinal-o-que-e-gestao-ambiental--1348.asp>. Acesso 10 de setembro de 2011.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa** – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

DONAIRES, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa** – 2°. ed. – 13. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

PEDRO, Josias. Responsabilidade Socioambiental Disponível em http://www.wwf.org.br/empresas_meio_ambiente/porque_participar/sustentabilidade/ Acesso dia 23 de fevereiro de 2011.

PETROBRÁS, Responsabilidade Social e Ambiental, www.petrobras.com.br. Rio de Janeiro, 01 de junho de 2005.

VIEIRA, Paulo Freire Vieira; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para pesquisa ambiental** - 3°. ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

A IMPORTÂNCIA DO CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT

Esdras Warley Nunes de Jesus¹

Herlones Wuilles dos Santos²

Júlio César Gavilan³

Renato Arnaut Amadio⁴

RESUMO

A administração pública no século XXI passa por tempos de turbulência, principalmente porque o gestor público pode não estar alicerçado em informações adequadas para tomada de decisões. Sabe-se que muito gestor público tem boas intenções, ideias, são esforçados, visionários para efetivação da cidadania coletiva, mas o aumento do seu comprometimento e responsabilidade diante dos munícipes em conjunto com a falta de descentralização dos processos administrativos acaba prejudicando o setor público tornando-o menos eficiente e eficaz se comparado à iniciativa privada. É neste contexto que se faz necessária a mudança de hábitos culturais dos órgãos e dos servidores públicos. Assim, os gestores estão se sentindo obrigado a modernizarem seu processo de tomada de decisão para atender os anseios dos contribuintes. O objetivo geral deste trabalho é divulgar os resultados de uma pesquisa sobre a importância de um Sistema de Informação na administração pública. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que analisa os dados gerados através da aplicação de um questionário. Este estudo está fundamentado teoricamente, principalmente, em Chiavenato (2004); Meireles (2001); Rezende; Abreu (2009) e Stair; Reynolds (1999).

PALAVRAS-CHAVE: Administração, Sistemas de Informação, Processos.

¹ Especialista em Auditoria, Controladoria e Gestão. Graduado em Administração de Empresas. Docente de Administração Financeira e Orçamentária, Agronegócio, Relações Internacionais e Administração de Marketing e Serviços pela Faculdade de Ciências Sociais do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

² Professor Especialista e Coordenador do Curso de Sistemas de Informação – Faculdade EDUVALE.

³ Mestre em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Santa Catarina e Bacharel em Física Computacional pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor e chefe do departamento do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Ciências Sociais do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

⁴ Especialista em Redes e Teleprocessamento pela UNIC e Bacharel em Ciências da Computação pela UNIPAR. Atualmente professor do Curso de Sistemas de Informação da Faculdade de Ciências Sociais do Vale do São Lourenço – EDUVALE.

INTRODUÇÃO

O Vale São Lourenço – MT é geograficamente estratégico para o escoamento de grãos produzidos nas regiões adjacentes. Os maiores produtores de Mato Grosso que escoam sua produção através do Vale procuram obter ao máximo o aproveitamento dos recursos naturais através da tecnologia, sustentabilidade do negócio, ficando sob a responsabilidade da administração pública municipal o planejamento da geração de renda e o desafio constante em relação a garantia da cidadania a população.

O analista de Sistemas deve ter preocupação na sua constante capacitação na pesquisa de formação qualitativa de seus serviços, detectando e apoiando os poderes públicos e privados na busca do crescimento econômico da Região.

[...] serviços são atividades econômicas que criam valor e fornecem benefícios, como decorrência da realização de uma mudança desejada no ou em nome do destinatário do serviço” (LOVELOCK; WRIGHT, 2005 p.05).

Sabe-se, porém que administração pública relaciona-se em conjunto com a sociedade organizada, sendo esta composta por organizações de pequeno, médio e grande porte, tornando-se necessário o apoio da tecnologia no planejar, coordenar, dirigir, executar e controlar as atividades realizadas pelas empresas na produção de bens e prestação de serviços no município de Jaciara-MT.

Segundo Chiavenato (2004),

a palavra administração sofreu transformações em seu significado original, passando a interpretar os objetivos proposto pela organização de forma a alcançar os objetivos organizacionais. (CHIAVENATO, 2004, p.11)

A atividade da administração é baseada nos esforços cooperativos dos homens, onde a sua tarefa básica é fazer as coisas por meio das pessoas, com os melhores resultados com eficiência e eficácia.

Assim como a empresa privada, a empresa pública deve buscar formas eficientes e eficazes que promovam o desenvolvimento do espaço constitucional pelos princípios norteados da administração pública que são: impessoalidade,

moralidade, publicidade, legalidade e eficiência. Chiavenato define eficácia como sendo “uma medida normativa de alcance de resultados” (CHIAVENATO, 2004, p.40), ele também declara que eficiência “é uma medida normativa da utilização dos recursos nesse processo” (CHIAVENATO, 2004, p.40).

Outra definição citada por Chiavenato (2004) é que a

Eficácia de uma organização se refere a sua capacidade de satisfazer a uma necessidade da sociedade através do suprimento de seus produtos (bens e serviços). Enquanto a eficiência é uma relação técnica entre entrada e saída. (CHIAVENATO, 2004, p.40)

Com um sistema de informação bem empregado, atendendo de forma eficiente as demandas dos colaboradores da Prefeitura, poupar-se-á tempo de trabalho e espera do munícipe Jaciarense.

Um sistema de informações pode ser definido como

um conjunto de componentes inter-relacionados trabalhando juntos para coletar, recuperar, processar, armazenar e distribuir informações com a finalidade de facilitar o planejamento, o controle, a coordenação, a análise e o processo decisório em empresas. (LAUDON; LAUDON, 1999, p. 4)

Se a organização não tratar suas informações de forma adequada, poderão ocorrer vários erros ao longo da comunicação interna para prestação de serviços aos munícipes, tais como: erros no processo, a má administração das informações, atrasos nos atendimentos essenciais e perda de tempo da mão-de-obra na procura de informações com problemas.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa utilizamos uma abordagem qualitativa, como define Lakatos; Marconi (2010).

que denomina de leis experimentais, formularem relações entre características observáveis, ou experimentalmente determináveis, de um objeto de estudo ou classe de fenômenos, ao contrário das segundas, denominadas leis teóricas ou, simplesmente, teoria. (LAKATOS; MARCONI, 2010, p.109)

O questionário é um instrumento utilizado pelos pesquisadores, onde se faz perguntas a respeito do que se pretende pesquisar. Sua utilidade se dá através da necessidade de se obter respostas precisas a respeito do que é perguntado sobre o tema. Para Gil (1996).

a elaboração de um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos, Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário. (GIL, 1996, p.91)

Sendo assim, será levantado o seguinte quesitos, especificamente no setor departamento de Tecnologia da Informação:

2.3 Como é registrado as demandas dos usuários de softwares e periféricos na organização?

2.4 Quando é feita uma demanda pelo colaborador da organização, o prazo é cumprido está de acordo com o determinado?

3) O T.I. disponibiliza com clareza informações de manuseios de softwares e periféricos nos demais setores da administração pública?

4) A forma de comunicação utilizada atualmente esta sendo efetuado com qualidade e de forma clara facilitando o entendimento?

5) Sobre a qualidade dos serviços oferecidos?

6) Quanto ao espaço e a infraestrutura?

A partir do momento que as informações na organização passam a serem eficientes, há redução de custos. Lembrando-se que na área da tecnologia não há necessidade de um grande número de colaboradores para controlar o fluxo das informações, porém na verdade, é necessária uma mão-de-obra bem treinada e qualificada.

REFERENCIAL TEÓRICO

A busca do conhecimento na atual sociedade tem se tornado palavra-chave. O analista de sistemas deve inferir na busca do conhecimento para alcançar níveis maiores de produtividade de seus serviços.

conhecimento é a consciência e entendimento de um conjunto de informações e formas de torná-las úteis para apoiar uma tarefa específica ou tomar decisão. (STAIR;REYNOLDS, 1999, p. 4).

A organização pública em sua prestação de serviços deve otimizar os trabalhos internos de todos os setores, onde T.I. cria as estratégias através de um sistema de fluxo de trabalho que dê suporte no atendimento demandas de seus usuários.

sistema de fluxo de trabalho é um software de gerenciamento baseado em regras que dirige, coordena e monitora a execução de um conjunto inter-relacionado de tarefas organizadas para forma um processo [...]. (STAIR;REYNOLDS, 1999, p. 20).

Os conceitos de sistemas com ênfase no trabalho provem de avaliações sobre a qualidade dos serviços em tecnologia da informação, baseando-se em avaliações cognitivas de longo prazo, já a satisfação do usuário é uma reação emocional de curto prazo.

Este canal de comunicação, entre o usuário e computadores deve ser eficiente e adequado, desde que haja uma capacitação de forma clara, objetiva e eficaz. Para Chiavenato (2004).

Comunicação é a transferência de informação e significado de uma pessoa para outra. é o processo de passar informação e compreensão de uma pessoa para outra. é a maneira de se relacionar com outras pessoas através de ideias, fatos, pensamentos e valores. (CHIAVENATO, 2004, p. 75)

A administração pública de uma forma geral tem que conhecer normas e procedimentos que regulam de forma interna o manuseio dos equipamentos para que não haja problemas constantes em todo sistema de informação.

O responsável pelo T.I. (tecnologia da informação), orienta-se em comunicar utilizando um vocabulário simples e objetivo, sempre ouvir a demanda dos usuários, percebendo a sua real necessidade para que possam juntos encontrar os seus objetivos.

A importância de organizar a empresa está calcada principalmente em sua modernidade, racionalização de processos, competência de atuação, bem como em sua perenidade, competitividade e inteligência empresarial.

A falta de organização contribui para a ruína, podendo gerar diversos acometimentos internos, a exemplo de problemas de gestão de

comportamentos, insatisfação, comunicações problemáticas, má-fé etc. Bem como favorecendo as investidas externas, [...] falta de credibilidade [...] (REZENDE; ABREU, 2009, p.36).

A organização públicas ente certa dificuldade em proporcionar informações, pois os mesmo às vezes torna-se um serviço bem intangível, ligado às necessidades públicas e com suas expectativas sobre o serviço solicitado.

A principal função do sistemas de informação é providenciar OE organização informações, esclarecimentos, solucionar problemas, enfim dispensa em tratamento que gere satisfação esse requisitos reunidos que farão as tomadas de decisões sejam leal a organização pública. Essa fidelidade nas informações deve ser tomada como certa, recebendo valor melhor.

O poder público deve acompanhar atento, de modo eficiente, o ambiente de trabalho, medindo o grau de satisfação e motivação de seu servidores, avaliando os serviços prestados, procurando saber quais as deficiências, para que venham a ser corrigidas, o quanto antes.

A grande maioria dos serviços públicos prestados OE população depende em grande parte da qualificação dos funcionários. CHIAVENATO (2004, p.34), cita “tanto a organização como seus parceiros estão envolvidos em uma constante adaptação”.

Portanto para uma atuação eficiente voltada para o cidadão deve essencialmente não depende apenas da capacitação técnicas, é indispensável que haja um bom canal de comunicação para que o funcionário possa receber e orientar o público.

Outra definição citada por Chiavenato (2004)

eficácia de uma organização se refere a sua capacidade de satisfazer a uma necessidade da sociedade através do suprimento de seus produtos (bens e serviços). Enquanto a eficiência é uma relação técnica entre entrada e saída. (CHIAVENATO, 2004, p.40)

Assim a empresa pública deve buscar formas eficientes e eficazes para tomada de decisão frente ao público que lhe assiste, promovendo o desenvolvimento do espaço constitucional pelos princípios norteados da administração pública que são: impessoalidade, moralidade, publicidade, legalidade e eficiência. Chiaventato (2004,

p.40) “é uma medida normativa de alcance de resultados” ele também declara que eficiência “é uma medida normativa da utilização dos recursos nesse processo.”

Objetivamente pode-se dizer que a administração pública é a gestão do interesse público por meio de prestação de serviços. Já o sentido subjetivo ou prático é o conjunto de órgãos, agentes e entidades com a função de oferecer atividades coletivas satisfatórias, como segurança, saúde, transporte, bem estar, etc.

as propriedades dos sistemas não podem ser descritas significativamente em termos de seus elementos separados, exigindo sua junção ou integração. Dessa forma, ela estuda e compreende os sistemas como uma visão sistêmica global, envolvendo todas as interdependências de suas partes (REZENDE; ABREU, 2009, p.4)

Agora, com é possível toda atividade em que o Estado assegure venha de encontro aos interesses coletivos federais, estaduais ou municipais?

Assim como estes condicionam-se em processos de informações que trabalham em conjuntos diretos, autarquias, fundações, que obedecem os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o analista de sistemas que trabalha na área está sujeito aos ditames da lei e exigências do bem comum, não sendo lícito a liberdade para agir com vontade pessoal.

Quando as informações estão organizadas e planejadas nos Sistemas de Informação, estes geram informações eficientes e eficazes para gestão da empresa. Dessa maneira, atendem a todas as necessidades da empresa em sua complexidade organizacional, dentro de padrões de qualidade total de informações. Para a geração de informações com qualidade total, além de estar organizada e planejada, a informação deve ter efetividade e prover racionalização e controle nos processos sistêmicos empresariais. (REZENDE; ABREU, 2009, p.94).

Deve executar suas ações, desempenhar sua função, conforme determina a lei. Ao agente não é permitido deixar de fazer o que a Lei determina o que implica em omissão.

Segundo Meireles (2001),

A Lei 9.784, de 29.01.1999, trata do assunto, quando estabelece que a administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. (MEIRELES, 2001, p.1)

Dos princípios legais, o que mais se aproxima e identifica com sistemas de informação é o da publicidade, onde o analista tem o dever dar suporte técnico e gerencial dos atos e contratos administrativos que são produzidos e suas consequências fora do órgão que os pratica, exigem publicidade.

Assegura conhecimento e controle pelos interessados, onde o povo em geral interage através de canais de comunicação como sites oficiais públicos.

Entre outras coisas, o gestor público precisa controlar resultados, fortalecer o sistema que está em sua responsabilidade, seja ela da administração direta ou indireta, tanto na eficiência administrativa ou na demissão ou dispensa do servidor comprovadamente ineficiente.

Esse controle das informações públicas abrange os aspectos qualitativos e quantitativos do serviço, avaliando seu rendimento efetivo, custo operacional, utilidade para a população e para a área da tecnologia da informação envolve aspectos administrativos, econômico e propriamente técnico.

RESULTADOS PRELIMINARES

Foi feito questionário e coletado amostras dos serviços oferecidos pelo T.I. Vale ressaltar que foram descartados referentes à infraestrutura, colaboradores, atendimento em geral e específico e serviços.

Quanto aos registros de demandas dos usuários de softwares e periféricos, identificou-se a necessidade de melhorar a qualidade do atendimento através de comunicador interno que disponibilize informações sobre cumprimentos de prazo, questionário qualitativo do atendimento ao munícipe, demandas que ainda estão em aberto e quais os setores que elas correspondem.

Quanto a qualidade dos serviços prestados pelo T.I., há reclamação por parte dos usuários, mas percebe-se que todo o sistema de informação é controlado por software que bloqueia muitas atividades processuais dos computadores, trazendo alguns transtornos aos usuários. Mas observa-se a necessidade deste controle para efetivação dos resultados processuais demandados pela população, não deixando

chance dos usuários entrarem em sites e ou programas que não agregam valor aos serviços.

Sob o ponto de vista do setor de informática, que hoje têm-se um sistema de informação que está acompanhando as exigências de mercado, tais como, acesso cadastro de fornecedores, newsletter de licitações aos cadastrados no sistema, guia on-line para arrecadação evitando-se as filas na recepção.

As capacitações para o uso de softwares são realizadas no momento que o usuário/colaborador assume a responsabilidade do cargo, sendo feito acompanhamento, pois uma informação passada erroneamente, ou prazo não cumprido pode trazer prejuízos ao contribuinte solicitante.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

GIL A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação**. Rio de Janeiro: LTC, 4.ed., 1999.

LOVELOCK, Chistopher; WRIGHT, Lauren. **Serviços, Marketing e Gestão**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MEIRELES, Ramiro de Campos. **A administração Pública e o Servidor Público na Constituição Federal**. 2.ed. São Paulo: Cultura e Qualidade, 2001.

REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da Informação Aplicada a Sistemas de Informação Empresariais: O Papel Estratégico e dos Sistemas de Informação nas Empresas**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de Sistemas de Informação**. São Paulo: Cengage Learning, 1999.

As Influências Psicológicas que podem Influenciar o Contador Gerencial na Elaboração dos Relatórios para Tomada de Decisão.

Ione Inverso Pereira ¹

RESUMO

Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio das empresas. Enquanto que a Contabilidade Gerencial é uma ramificação desta ciência maior, que é uma ciência social, a qual tem por objetivo principal coletar informações seja ela financeira ou operacional, com o objetivo de elaborar relatórios que serão encaminhados aos gestores das empresas, bem como ao pessoal que executa o trabalho operacional, para que com base nesses relatórios possam tomar as decisões com maior grau de confiabilidade.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa destina-se a pesquisar As Influências Psicológicas que podem influenciar o Contador Gerencial na Elaboração dos Relatórios para tomada de decisão, visando a aplicabilidade a Psicologia Organizacional parte de contabilidade gerencial que se pretende realizar no programa de mestrado profissional Psicanálise, Educação e Sociedade.

Tendo como tema principal o estudo dos aspectos psicológicos na tomada de decisões nos aspectos cognitivos e gerenciais.

Aparentemente dos campos de estudos que não possuem nenhuma relevância, a contabilidade uma ciência exata e poderá em sua análise final acarretar no indivíduo situações não esperadas como distúrbios próprios da psicologia, uma ciência ainda em constante mutação.

É de suma importância estudar qual seriam as principais causas psicológicas que afetam os Contadores Gerenciais momento de coletar as informações para elaboração dos Relatórios para tomada de decisão. Seriam as influências dos seus

¹ Graduada em Ciências Contábeis, Especialista em Custos e Auditoria na Agropecuária e Mestranda em Psicanálise, Educação e Sociedade. Contadora e Professora na Faculdade Eduvale em Jaciara-MT. E-mail: lone@viacabo.com.br

colaboradores, dos clientes, dos fornecedores, dos gestores ou influencias pessoais que não se relacionam muitas vezes com a empresa.

Nesse entendimento percebemos que em se tratando de uma empresa não podemos apenas estudar os aspectos psicológicos que venham a afetar a maneira de coletar as informações ou elaborar os relatórios para tomadas de decisões, já que estes relatórios são preparados através de informações recebidas de terceiros.

Por sua vez estes relatórios são elaborados pelo contador gerencial. Sendo assim observamos que ao falar de coletar informações e elaboração de relatórios para tomada de decisão de um gestor tornam-se necessários confrontarmos duas ciências, Ciências contábeis, enquanto sua ramificação que é a Contabilidade Gerencial, e a Psicologia através da Psicologia organizacional.

O mundo vem passando por muitas mudanças tecnológicas e também da própria humanidade, observa-se que neste contexto que o sujeito esta em constante mutação e como reflexo disto observou as influências nas empresas que também acompanham estas mudanças.

Sendo assim necessário se faz atentarmos para o objetivo da Contabilidade é fornecer informações econômicas e financeiras em determinado momento. Na era do conhecimento do mundo globalizado, percebe-se que ela deve atender aos usuários internos e externos bem como às pessoas físicas ou jurídicas.

Para acompanhar as mudanças dessa modernidade, foram surgindo suas ramificações, dentre elas a Contabilidade Gerencial, que visa ao fornecimento de informações aos administradores, sejam elas operacionais ou financeiras.

Tornou-se, por isso, ferramenta essencial e rica através de seus relatórios, contendo as informações.

Nesse cenário de constante mudança e necessidade de informações confiáveis e no momento necessário é que se encontra o objetivo principal da Contabilidade Gerencial cujos relatórios permitem colher informações seguras que dêem embasamento aos administradores chegarem a resultados confiáveis, levando-se em conta o custo-benefício da implantação do Sistema de Informação dentro da empresa.

Essa aquisição permitirá fortalecê-la, a partir do momento em que houver abertura para a importação e exportação. Com isso, surgir necessidade de gerenciar e planejar as decisões para o futuro, e conhecer a influências psicológicas que podem

levar o gestor a não tomar a decisão correta mesmo tendo em suas mãos informações garantidas e permanentes.

METODOLOGIA

Este estudo visa entender o processo de preparação dos relatórios gerenciais, para tanto será utilizado neste projeto a pesquisa bibliográfica, que é uma pesquisa através de publicações obtendo fundamentação teórica para chegar a uma investigação precisa partindo da visão dos autores os quais serão estudos.

A pesquisa de campo é o trabalho através de aplicação que questionários o qual tem dois ramos o qualitativo e o quantitativo.

Pesquisa qualitativa é através da indução do pesquisador, não se utiliza da estatística, pois esta voltada a subjetividade.

Pesquisa quantitativa necessita da análise dos dados através da estatística, pois se baseia em traduzir as opiniões através dos números.

Instrumento de Pesquisa: Será por meio de aplicação de questionário e entrevistas semiestruturada e conversação junto a contadores gerenciais. Assim como um levantamento através de entrevistas a um grupo de 05 (cinco) contadores gerencias, onde serão levantados os dados para estudos estatísticos, visando demonstrar os aspectos psicológicos que influenciam na coleta das informações e elaboração dos relatórios para que o gestor possa tomar decisão; sendo previamente utilizado pesquisa bibliográfica por meio de livros e sites da internet.

A outra a ser utilizada será a pesquisa de campo que fornecerá os instrumentos para a coleta dos dados os quais serão qualificados e quantificados.

Bruyne, Herman e Schouteete (1977), afirmam que o estudo de campo se justifica por sua importância por reunir várias informações detalhadas com vistas a apreender a totalidade de diversas situações. As riquezas dessas informações auxiliam em maior conhecimento e em possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

O instrumento que será utilizado para coleta dos dados necessários para este estudo será feito através de questionário o qual podemos defini-lo como uma técnica utilizada para se chegar ao objetivo final, por meio de dados confiáveis.

Para Gil (199 *apud* Beuren 2006, p. 130), questionário é: uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de suas opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

Com relação à entrevista, é considerada uma técnica muito importante para colher informações e opiniões sobre o assunto a ser pesquisado, e muitas das vezes o empresário agrícola possui dificuldade em redigir tais informações.

De acordo com Beuren (2006, p. 131), a entrevista “é a técnica de obtenção de informações em que o entrevistador apresenta-se pessoalmente à população selecionada e formula perguntas, com o objetivo de obter dados necessários para responder à questão estudada”.

Contabilidade

Esta ciência é tão antiga quanto a origem do homem e, desde que este passou a conviver em sociedade, pode-se observar crescimentos de riquezas. Sendo assim, tornou-se necessário um domínio quantitativo com a finalidade de controlar os seus bens.

Marion, entretanto relata que a contabilidade atingiu sua maturidade entre os séculos XII e XVI d.C. (comercio com as Índias, burguesia, renascimento, mercantilismo etc), consolidando-se com o trabalho elaborado pelo frade franciscano Luca Pacciolo, que publicou na Itália, em 1494, um tratado sobre contabilidade. Assim nasceu a Escola Italiana de contabilidade que dominou o cenário mundial até o início do século XX.

Origem e evolução histórica da Contabilidade

É fato que a Contabilidade é um instrumento de apoio a gestão e isto não é de hoje, mas há fatos históricos que relatam o surgimento das Ciências Contábeis a necessidade do homem controlar seu patrimônio. E justamente por estar ligada ao controle e contagem dos bens que existe uma estreita relação entre a Origem da Contabilidade com a aritmética. Foi exatamente Frei Luca Paccioli, considerado o pai da Contabilidade moderna, que ao escrever um livro que trata da matemática, trouxe um capítulo dedicado ao método contábil das partidas dobradas.

Evolução histórica da Contabilidade em nível internacional

Tivemos várias escolas que contribuirão para que a Contabilidade fosse crescendo e acompanhando a necessidade dos gestores das empresas respeitando a legislação e dando o aparato aos administradores que seus atos e fatos estão sendo administrados com segurança. Tais escolas do pensamento contábil foram voltadas para os da área jurídica e econômica.

Segundo Ribeiro Filho, Lopes e Perderneiras (2009), as escolas do pensamento contábil que tiveram expressão e que influenciaram os modelos de Contabilidade aplicados são: Escola Contista, Aziendalista, Patrimonialista, Lombarda e a Escola Americana. Escola contista é considerada a primeira escola contábil: preocupação com a escrituração e as técnicas utilizadas nas contas.

Escola personalista: tratava sobre a abertura das contas debito e credito, para as pessoas, sendo apresentada a partir de agora através de princípios científicos. Mas foi criticada pela Contabilidade é econômica e não poderia ser representada apenas pela natureza das contas, com a relação jurídica entre as pessoas.

Escola Neocontista ou Controlista: voltada para o conhecimento e administração sobre a riqueza econômica da entidade, dividindo as contas em dois grupos os principais, bens patrimoniais, e os derivados, relativo ao patrimônio líquido e suas variações.

Escola aziendalista: interdependência entre organização, administração e contabilidade, e os estudos sobre o resultado econômico das empresas, a partir dos conceitos de receitas e despesas.

Escola patrimonialista: o patrimônio é o objeto de estudo da Contabilidade e observado como um conjunto de riquezas que, em constante circulação nas aziendas, é administrado para o crescimento econômico.

Escola lombarda: desenvolveu-se em Lombardia no norte da Itália. Assumia a escrituração contábil, a riqueza azidental era tida como para estudo, e que as contas fossem abertas a valores e não a relações pessoais.

Escola americana: ocorreu devido ao grande fluxo de capitais provenientes de outros países, principalmente da Grã Betanha, bem como técnica contábil relacionada a escrituração, análise contábil e auditoria. Sendo assim os estudiosos focaram seus estudos nas áreas da Contabilidade Financeira e também na já chamada Contabilidade Gerencial;

Podemos observar que a Ciência Contabilidade passou por várias escolas, e que ao longo dos anos foi sendo estudado e analisado o que os pesquisadores tinham para contribuir, e principalmente que seus conceitos são baseados principalmente em duas escolas: a escola Italiana que é a mais antiga e a escola norte americana, que é a mais recente. A escola Italiana ficou conhecida como a ciência do Patrimônio, enquanto que a norte - americana trata das informações úteis e utilizadas por diversos usuários.

Evolução histórica da Contabilidade no Brasil

Não existe claramente registros sobre a data cronológica do início da Contabilidade no Brasil, é fato que existem relatos contábeis ainda no período colonial com a vinda dos Portugueses para o Brasil, e o interesse de controle patrimonial pelos comerciantes da época.

Em 1850 no Brasil foi instituído o Código Comercial Brasileiro, o qual foi de suma importância para a área contábil devido estabelecer a obrigatoriedade da escrituração contábil e a elaboração do Balanço Patrimonial anual.

Em 1940 através da Lei nº 2.627 das Sociedades por Ações no Brasil, estabeleceu o processo de escrituração contábil, avaliação dos Ativos, das receitas e despesas e assim apurando-se o lucro ou prejuízo das empresas.

A contabilidade foi passando por varias mudanças ao logo dos anos, fazendo com que os interessados nas informações oferecidas por ela possam tomar as decisões precisas e seguras.

Crepaldi (2004) relata que a contabilidade passou a ser considerada como importante instrumento para a sociedade, devido ao fortalecimento da sociedade comercial.

A contabilidade brasileira teve importante estímulo em 1972 quando o Banco Central baixou as circulares 178 e 179:

2.2 178 – obriga o registro do auditor independente exclusivo para contadores.

2.3 179 – tratou dos princípios e norma da contabilidade, oficializando a expressão: Princípios de contabilidade geralmente aceitos, Ações e, no mesmo ano foi criada a CVM – comissão de valores mobiliários.

A lei 2.627 de 1940 foi revogada pela Lei 6.404 de 1976, Lei das Sociedades por ações. Esta lei 6.404 estabelece que a escrituração das empresas de Sociedade anônima deve obedecer aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, critérios de avaliação dos Ativos e Passivos com detalhamento de reservas de capital, de lucros, regras para a distribuição dos dividendos e regras para participação societária em outras sociedades, com o intuito de proteger o interesse dos acionistas minoritários.

Analisando a evolução contábil no Brasil, percebe-se que, desde o início, fica patente a interferência da Legislação.

Contabilidade Gerencial

Contabilidade é uma ciência social que estuda e controla o patrimônio líquido e suas variações. Daí a importância das informações serem passadas para os gestores, para que controlem as variações do Patrimônio.

Existem algumas áreas que estão intimamente ligadas a Contabilidade, utilizando suas informações para tomada de decisão, tais como a Economia e Administração.

É importante ter-se em mente que a contabilidade passou por várias etapas, sendo no início muito mecânica, depois cedeu lugar a fase técnica e, atualmente, vive-se a fase da informação, que geradas pela contabilidade deve fornecer aos seus usuários base segura para decisão do que é e onde investir, o que e quanto produzir, dados estes baseados em relatórios confiáveis.

Qual a origem da Contabilidade Gerencial? Como ela surgiu? A Contabilidade Gerencial originou da Ciência Contabilidade, pois é uma ramificação desta ciência. Através desta necessidade de informações para tomada de decisão surgiu a contabilidade Gerencial

A Revolução industrial foi um marco para a contabilidade, com o impulso do comércio e das indústrias, houve um grande aumento dos negócios e dos tamanhos das empresas, surgindo assim a necessidade de informações que fossem úteis para tomada de decisão. Neste cenário nasce a contabilidade gerencial.

O marco inicial da contabilidade gerencial foi em 1812, no início do século XXI, mas não existem muitos documentos que comprovem a sua existência, a não ser

em uma tecelagem americana no início do século XXI, pesquisado por Johnson e Kaplan.

Atkinson (2008, p.36) conceitua a contabilidade Gerencial: “é o processo de identificar, mensurar, relatar e analisar as informações sobre os eventos econômicos da organização.”

A partir deste conceito observa-se que a contabilidade gerencial identifica os valores, através de informações colhidas junto ao pessoal operacional e financeira, mede esses valores, relata através de relatórios onde analisa as informações obtidas na organização, preparando estas informações para tomada de decisão.

Segundo Padoveze (2004, p.39):

A contabilidade gerencial e relacionada com o fornecimento de informações para os administradores – isto é aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações.

Dentro das empresas as informações gerenciais devem ser utilizadas com confiabilidade e segurança. Os gerentes devem utilizar as informações para ajudar os funcionários, tanto nos recursos financeiros, físicos ou humanos, bem como sobre os produtos, serviços, fornecedores e clientes.

Atkinson (2008, p. 38) relata que as informações de contabilidade gerencial devem ajudar os funcionários a aprender a fazer o seguinte:

- 1 - melhorar a qualidade das operações
- 2 – reduzir o custo das operações
- 3 – aumentar a adequação das operações às necessidades dos clientes.

Podemos afirmar que a empresa precisa obter informações, pois através delas que os gestores decidirão onde investir, o que produzir, quanto produzir, o que comprar, e por qual valor comprar e vender. Em suma quem detém a informação detém o poder.

Perfil do Contador Gerencial

O contador gerencial tem um perfil diferenciado dos demais profissionais da área contábil.

Podemos relatar algumas características que são necessárias no perfil de um contador gerencial: Ter visão de negócios e conhecimento na área administrativa; Boa capacidade de argumentação, Conhecimentos da área contábil, princípios e normas contábeis

Ter uma postura como conselheiro;

Criatividade

Capacidade de liderança

E cultura geral.

Torna-se necessário também obter alguns conhecimentos requeridos na área contábil como relatamos a seguir:

Motivação

Quando determinada pessoa tem um interesse em agir de certa maneira para fazer algo podemos dizer que está motivada. A motivação é um elemento fundamental para se obter um excelente resultado no que se espera. É um elemento de controle, o qual pode levar os colaboradores a se interessarem pelas suas atividades na empresa, bem como alinhar os desejos da organização aos seus interesses.

Padoveze (2004), defende que “Um sistema que só possibilita encontrar números, mas não dá retorno aos responsáveis em termos motivacionais, perde quase toda a sua finalidade”.

Sendo assim quando falamos em termos motivacionais nos remetemos automaticamente a questão da recompensa. Quando pensamos em recompensa somos remetidos a principio a parte financeira, que não podemos negar que algo que motiva aos administradores é a parte financeira, mas isto não pode ser considerado como o único fator motivador que existe.

O Papel da Contabilidade Gerencial na Recompensa

Muitos fatores podem ser utilizados para motivar um funcionário. Segundo Atkinson (2008) “Os fatores incluem as características pessoais do funcionário, a cultura da empresa e o estilo da administração geral das pessoas chave da empresa”.

Sendo assim como falarmos em motivação precisamos atentar que não depende apenas de uma pessoa fazer algo para levar o funcionário a fazer o que se deseja, mas que existem variáveis que podem interferir no resultado esperado. Sendo assim a importância de pensar na recompensa e em como ser representada na Contabilidade gerencial na pratica e não apenas na teoria.

O objetivo principal da recompensa é fazer que haja uma unidade no interesse dos funcionários com os da empresa. Por este ponto o que irá mensurar qual a recompensa a ser utilizada ou a proporção a ser aplicada será o resultado produzido pelos funcionários na empresa. Portanto quanto mais o colaborador produzir maior será a recompensa, a fim de valorizar o desempenho dos colaboradores.

Planejar qual a recompensa a ser dada não é uma missão muito fácil, haja vista que o resultado pode depender do ambiente, da decisão dos gestores e do estado psicológico do funcionário, fazendo com que estas situações levem a um resultado de desconforto, incerteza ao invés de esforço pra conseguir um bom resultado. Além das variáveis acima ainda podemos observar que para se realizar uma tarefa e conseguir chegar ate o final temos ajuda contribuição de varias pessoas e não apenas uma, que seria muitas vezes a que receberia a recompensa, sendo assim alguns autores acreditam que a recompensa pode ser humilhante, pois o ser humano é diferente um do outro e o que agrada a uma pessoa pode não agradar a outra, mas muitas vezes a recompensa pode causar motivação.

Psicanálise

É uma teoria que esta voltada ao tratamento do desequilíbrio mental, ocupando-se assim dos processos mentais inconscientes, e a análise dos motivos do comportamento humano, sendo um método que trata as doenças psicológicas supostamente sem motivação orgânica.

Possivelmente a psicanálise possa ser explicada como uma ciência que se baseia na motivação humana de colocar o sexo como seu maior prazer sendo um objeto natural e de interesse humano, onde estaria a maior fonte de alegria e prazer do ser humano.

Esta relacionada aos desejos reprimidos oriundas de experiências sexuais perturbadoras.

Sendo assim Freud formulou a hipótese de que a ansiedade que se manifestava através de sintomas nas pessoas eram consequências da energia ligada a sexualidade, a energia reprimida tinha expressão de vários sintomas neuróticos que serviam como mecanismo de defesa psicológica. Este comportamento era

considerado reações do inconsciente, que as pessoas tinham instinto sexual, os quais não aconteciam de uma forma consciente mas inconscientemente.

Psicologia

Psicologia Organizacional

Psicologia organizacional são os conhecimentos da psicologia aplicados nas organizações. Estes conhecimentos são aplicados nas organizações para melhorar a comunicação entre o patrão e os colaboradores, na preocupação com a saúde do trabalhador, bem como motivar o colaborador a melhorar o desempenho e maior satisfação no desenvolvimento das funções.

A psicologia organizacional é importante pra olhar o trabalhador como uma pessoa, que chora e que sorri, que sente dor e que tem família o qual interfere no seu estrado emocional.

A PESQUISA E ANÁLISE DE RESULTADOS

Ainda não temos o resultado da pesquisa, por este trabalho ainda estar em andamento e ainda ter sido feita a coleta.

CONCLUSÃO

Observamos ate o momento que a Contabilidade é uma ciência tão antiga quanto a civilização e que de acordo com o desenvolvimento da sociedade esta ciência social foi se desenvolvendo para atender as necessidades dos seus usuários. Não importando apenas os números como também os seus relatórios para tomada de decisão. Decisão esta que pode aumentar o Lucro da empresa ou ate levá-la a “morte”.

Esses relatórios que produzem informações devem ser entregues em tempo hábil, com clareza e confiabilidade para que o gestor possa tomar as decisões.

A Contabilidade Gerencial utiliza-se de outras ciências como a Psicologia, a fim de saber como lidar com um sujeito subjetivo e enigmático que é o ser humano, e os quais são a fonte das informações. É neste sujeito que observamos a

necessidade de motivação através da recompensa, tomando-se cuidado para que esta recompensa não se torne um elemento desmotivador.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony A. II. Banker, Rajiv D. III. Kaplan, Robert S. IV. Young, S. Mark. **Contabilidade Gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação gerencial**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RIBEIRO FILHO, Jose Francisco. II Lopes, Jorge. III Pederneiras, Marcleide. **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

A IMPORTÂNCIA DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTARIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT PARA A PARA A POPULAÇÃO NA GESTÃO 2009, 2010 E 2011.

José Antônio Faustino da Costa¹

Ione Inverso Pereira²

RESUMO

Esta Pesquisa mostra a importância dos instrumentos de planejamento orçamentários público de Jaciara-MT para a população na gestão de 2009-2011. Instrumentos esses que se tratam do Plano Plurianual que traça metas e objetivos para serem investidos pela Administração pública para um período de quatro anos, a Lei de Diretrizes Orçamentária, que estabelece as prioridades para um ano financeiro e a Lei Orçamentária Anual, a qual fixa das despesas e projeta a receita a serem executadas no ano. Muitas pessoas desconhecem a importância desse planejamento orçamentário, e são incapazes de compreender como são elaborados, para que servem e como isso ira interferir no seu cotidiano. Muitas dessas pessoas a primeira coisa que fazem é irem cobrar dos administradores públicos por que não investiu em determinado segmento, e por que investiu em outro, elas não sabem que esses gastos foram programados por técnicos da gestão, e levados em discussão juntos a população por meio de reuniões e audiências públicas e que todos foram avisados através de publicidades, e ainda que muitos dos mesmos quando ouviram o chamado não deram atenção ao mesmo. Cabe ressaltar, que toda a população deve participar de forma maciça nas etapas de formação das peças orçamentárias, pois elas podem interferir diretamente no conviveu de cada cidadão, como foi abordado da pesquisa realizada na Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, na gestão 2009, 2010 e 2011 do Prefeito Max Joel Russi.

Palavras-chave: Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Elaboração. Participação.

¹Acadêmico de Ciências Contábeis – Eduvale. jose_pmj@hotmail.com

² Professora Especialista– Eduvale. ioneinverso@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O planejamento orçamentário é o termômetro em qualquer gestão, seja na iniciativa privada, seja na pública. Quando se trata de gestão pública o planejamento orçamentário passar a representar, não apenas, uma ação do gestor público, mas sim, uma representação das necessidades daquele grupo social, representado por ele.

Podemos questionar, então: existe uma relação de importância e responsabilidade fiscal no planejamento orçamentário do município de Jaciara/MT, com vistas nas implicações sociais da população deste lugar? Tendo para isto os exercícios fiscais de 2009, 2010 e 2011 como parâmetros de avaliação.

Qual é a importância do planejamento do Orçamento Público do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, para a população jaciarense, nos anos de 2009, 2010 e 2011?

A metodologia de publicidade e efetivação do Orçamento Público do Município de Jaciara gera ainda uma indagação, o mesmo é feito de forma participativa, conforme orienta as prerrogativas legais?

Desta forma torna-se imprescindível que o Orçamento Público do Município de Jaciara, referente aos anos fiscais de 2009 a 2011, seja desenvolvido pelo Poder Executivo de forma transparente onde a população participar ativamente das tomadas de decisões referente a todas as áreas de abrangências, desta saúde, educação, ação social, infraestrutura, entre outras.

A pesquisa para se fundamentar em princípios práticos, existindo a necessidade de apresentar elementos que coordenam a pesquisa e mostra caminhos para o pesquisador trilhar e encontrar resultados sob as diversas formas que serão utilizados após uma criteriosa análise para justificar a importância da pesquisa.

Assim, a presente pesquisa teve como objetivo principal, pesquisar, mapear e analisar a elaboração do planejamento orçamentário público do município de Jaciara, Estado de Mato grosso, dando destaque a sua importância para a população da gestão de 2009-2011. De forma específica buscou-se, Identificar as etapas de elaboração do orçamento público no Município de Jaciara; Apresentar como é Elaborado o Orçamento Público Municipal; Identificar a importância do Orçamento Público para a população jaciarense.

O interesse por esse tema, surgiu para o pesquisador por estar trabalhando na Prefeitura Municipal de Jaciara, na Secretaria Adjunta de Planejamento, onde o mesmo preocupou-se em identificar a importância da elaboração do orçamento público do Município de Jaciara, buscando identificar as suas etapas e como é elaborado, e se o mesmo busca ações que atendam as necessidades da população Jaciarense.

2 GESTÃO PÚBLICA E ORÇAMENTÁRIA

A gestão pública no Brasil é formada pelos poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, no qual dentre o Executivo, encontra-se o Presidente da República, o Governador e o Prefeito, responsáveis por administrar seus Poderes, no Legislativo encontra-se o Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereadores, responsáveis por aprovarem as leis e fiscalizar o Poder Executivo, já no Judiciário, encontra-se os Tribunais de Justiça, responsáveis por fazer cumprir a Lei.

Orçamento Público se configura, como uma lei de iniciativa do Poder Executivo, e aprovado pelo Legislativo, na qual autoriza a execução de despesas, tanto em caráter de custeio, onde engloba as despesas de manutenção das atividades já existentes, tais como: manutenção de determinada secretaria, e também as despesas de caráter investimentos, no qual esta envolvida a criação de novos mecanismos para a população, tais como: construção de Centros de Lazer, e aquisição de novos equipamentos para determinado período denominado exercício financeiro, buscando agregar os planos de governos planejados propostos, suas metas, ações.

Assim o orçamento objetiva a prática do planejamento de suas ações, seus objetivos, metas e prioridades, ou seja, as necessidades de uma população, fazendo um equilíbrio entre o que está sendo programado a obter de receita e quais as despesas que deverão ser autorizadas.

3 INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO

Por meio da Constituição Federal de 1988, foram estabelecidos com peças do Sistema orçamentário brasileiro, os instrumentos de planejamento orçamentário, onde em seu art. 165 estabelece:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

2.5 1º A lei que institui o plano plurianual estabelecerá, de forma regional, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

2.6 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 5º a lei orçamentária anual compreenderá: I –

o orçamento fiscal[...];

II – o orçamento de investimento das empresas [...];

III – o orçamento da seguridade social [...];(BRASIL, 2004).

Então, a Carta Magna de 1988, estabeleceu no seu artigo 165 a existência das peças orçamentárias abaixo descritas:

a) Plano Plurianual:

No Plurianual deve expressar de forma clara, evidente e organizada as pretensões da Administração Pública, referente as despesas a serem executadas de caráter de capital ou decorrentes, ou seja, o planejamento de seus atos para um período de quatro anos, para o desenvolvimento de uma região, sendo elaborado no primeiro ano de mandato do executivo, com vigência para segundo ano até encerrando no primeiro ano do mandato posterior,.

Desta forma, evidencia que o Plano Plurianual é um planejamento de ações para um médio período de quatro anos, voltadas para o desenvolvimento de uma determinada esfera, região, setor, unidade, da administração pública, que trará acréscimo de conteúdos para as necessidades públicas. Vale salientar que o plano, devera estar contido entre outros dados, o objetivo a ser alcançado, o programa a ser desenvolvido, o órgão responsável pela sua execução e fiscalização, o recurso financeiro a ser gasto e sua origem, seu prazo de execução, indicadores de avaliação, meta física, e diagnostico da situação regional.

b) Lei de Diretrizes Orçamentarias:

O Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece normas de controle e julgamento dos programas pertinentes aos orçamentos. Ainda integra o anexo de metas fiscal, que estabelece suas metas anuais, com valores correntes, ou seja, valores atuais embasados no cenário regional, e valores constantes, que se tratam de valores extraídos os índices de inflação ou deflação, adequados as projeções das receitas, despesas, resultado nominal (obtido no calculo da diferença entre as receitas e as despesas orçadas), resultado primário (obtido com a exclusão das receitas totais as aplicações financeiras e juros nominais devidos das despesas totais) e o montante da dívida pública para os três exercícios seguintes ao ano de sua elaboração e acima de tudo o seu memorial de calculo, ou seja, os caminhos que levaram a obtenção de determinado resultado. Ou seja, a LDO estabelece as metas e prioridades da gestão pública para o próximo exercício financeiro, servira de base para a elaboração da lei orçamentária e sobre as alterações tributarias.

c) Lei Orçamentária Anual

A Lei Orçamentária Anual é a terceira peças orçamentária que prevê as Receitas obtidas e fixas as despesas a serem executadas pelos Gestão Pública. A Lei Orçamentária Anual, legalizará os gastos da Gestão para um ano financeiro, pela qual atendera aos planos e trabalho de Governo.

A Proposta Orçamentária deve detalhar todos os gastos da Gestão Pública, acompanhando todos os orçamentos de suas entidades, órgãos, secretarias, fundos, entre outras, ou seja, a Lei Orçamentária Anual, deve dispor de todos os orçamentos da gestão, tais como, o fiscal, o de investimentos e o da seguridade social.

Desta forma a proposta orçamentária a ser empregada para o próximo ano financeiro, devera de forma detalhada apresentar todas as receitas programadas a receber, com detalhamento de suas projeções, e método que a levou a encontrar tal resultado. Ainda também deve demonstrar todas as despesas a serem executadas, pois nenhuma delas podem ser realizadas, caso não conste nessa Lei Orçamentária.

Com isso a Lei Orçamentária anual, atende a diversas posições legais, para que se possa designar alguma dotação orçamentária, que nada mais que reservar fontes de recursos para a realização de despesas, estando acima de tudo

compatível com o pretendido no Plano Plurianual valido para o Orçamento em questão, e com suas metas da Lei Diretrizes Orçamentária.

4 METODOLOGIA

A pesquisa ora em desenvolvimento, pelas suas característica se configura como um estudo qualitativo, tendo como objeto de estudo a concepção da população acerca do planejamento orçamentário da prefeitura de Jaciara.

a) Analise Documental

Durante o estagio realizado na Prefeitura Municipal de Jaciara, foram dados amplos acessos para coletas de dados documentais, onde pode ser feito pesquisas em diversos tipos de documentos, tais como: Proposta de Leis do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual anteriores e atuais e suas respectivas leis aprovadas, acesso a relatórios que compare o orçamento proposto com o executado, a atas de audiências públicas, manuais de atualização de Orçamento Público, entre outros.

5 RESULTADOS E ANALISE

Constatou-se que a Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, compõe o seu orçamento em três etapas, sendo a primeira a Formulação de Plano Plurianual, onde englobas as despesas a serem executadas no período de quatro anos, sendo o atual o PPA 2010 – 2013, em seguida é Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, que direciona na formação da Lei Orçamentária e por último a terceira etapa que é a Lei Orçamentária Anual, a qual fixa das despesas e estima a receita para o ano seguinte.

Constata-se que para a elaboração destes três documentos, é necessário que se façam reuniões com todos os departamentos da Prefeitura, promova audiências públicas consultando a população quanto o que eles necessitam, e encaminhe para a câmara de vereadores aprovarem e se tornarem lei.

Para então elaborar as propostas orçamentárias da Prefeitura de Jaciara, e adotado os seguintes passos:

No primeiro feito é o estudo da projeção da receita para os próximos anos, no qual é adotada a seguinte metodologia: são coletadas todas as receitas recebidas pela Prefeitura nos últimos anos financeiros já finalizados, feito uma média entre eles e acrescido à taxa de inflação.

Podemos destacar que no ano de 2009, foi formulado o Plano Plurianual para o quadriênio 2010-2013, porém o cenário econômico e financeiro de todos os entes, e em especial do Município de Jaciara, ao longo do ano, sofre transformações, surgem novas dificuldades e desaparecem outras, proporcionando assim o aparecimento ou desaparecimento de algum investimento.

Desta forma se faz necessário que a cada ano se atualize o PPA, afim do condizer com a situação atual, por isso a Prefeitura de Jaciara, propôs a câmara municipal de Jaciara a reformulação do PPA vigente, a ser alterado a partir das ações do ano de 2011.

O seu primeiro passo foi o levantamento das suas receitas, que será provavelmente recebida a partir do ano de 2011, no qual foram tidos como parâmetros: as receitas recebidas nos anos de 2007, 2008 e 2009, e acrescido a média encontrada a importância de 4,5 % (quatro por cento e cinco décimos), o equivale ao índice oficial de inflação divulgado pela Secretaria de Estado de Fazenda.

Assim, temos na tabela a seguir a discriminação da projeção da receita da Prefeitura Municipal de Jaciara.

MEMORIAL DE CALCULO DA PROJEÇÃO DA RECEITA

	2007	2008	2009	media	2011	2012	2013
RECEITAS CORRENTES	28.839.166,15	35.359.977,03	36.142.262,67	33.258.208,70	34.685.018,56	36.245.844,39	37.876.907,39
RECEITA TRIBUTARIA	2.984.142,61	2.864.060,44	3.080.175,35	2.976.126,10	3.110.051,77	3.250.004,10	3.396.254,29
IMPOSTOS	2.784.326,86	2.585.472,48	2.665.487,60	2.678.428,98	2.798.958,28	2.924.911,41	3.056.532,42
TAXAS	199.815,75	278.587,96	414.687,75	297.697,12	311.093,49	325.092,70	339.721,87
CONTRIB DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	464.454,14	608.869,65	534.991,07	536.104,95	560.229,68	585.440,01	611.784,81
CONTRIB ECONÔMICAS	464.454,14	608.869,65	534.991,07	536.104,95	560.229,68	585.440,01	611.784,81
RECEITA PATRIMONIAL	181.283,80	282.318,40	246.935,96	236.846,05	188.739,68	197.232,96	206.108,45

RECEITAS IMOBILIÁRIAS	126.418,32	42.283,44	0,00	56.233,92	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	54.865,48	240.034,96	246.935,96	180.612,13	188.739,68	197.232,96	206.108,45
RECEITA DE SERVIÇOS	1.291.080,57	1.429.554,33	1.719.929,85	1.509.431,58	1.577.356,00	1.648.337,02	1.722.512,19
RECEITA DE SERVIÇOS	1.291.080,57	1.429.554,33	1.719.929,85	1.509.431,58	1.577.356,00	1.648.337,02	1.722.512,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.522.771,58	28.860.514,67	29.957.211,53	27.228.662,71	28.453.920,35	29.734.346,77	31.072.392,37
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.234.944,08	28.387.654,89	28.845.429,65	26.504.506,32	27.697.176,93	28.943.549,89	30.246.009,64
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.287.827,50	472.859,78	1.111.781,88	724.156,39	756.743,42	790.796,87	826.382,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	395.433,45	1.314.659,54	603.018,91	771.037,30	794.721,08	830.483,53	867.855,28
MULTAS E JUROS DE MORA	31.615,98	109.092,66	156.385,93	99.031,52	92.475,04	96.636,42	100.985,06
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	163.204,24	70.508,78	13.624,02	82.445,68	86.155,74	90.032,74	94.084,22
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	176.946,60	372.401,06	346.971,83	298.773,16	312.217,96	326.267,76	340.949,81
RECEITAS DIVERSAS	23.666,63	762.657,04	86.037,13	290.786,93	303.872,35	317.546,60	331.836,20
RECEITAS DE CAPITAL	2.801.112,76	6.081.493,03	3.289.105,99	4.057.237,26	4.239.812,95	4.430.604,53	4.629.981,74
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.801.112,76	6.081.493,03	3.289.105,99	4.057.237,26	4.239.812,95	4.430.604,53	4.629.981,74
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.801.112,76	6.081.493,03	3.289.105,99	4.057.237,26	4.239.812,95	4.430.604,53	4.629.981,74
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-2.439.423,14	-3.328.280,78	-3.633.274,94	-3.133.659,62	-3.274.674,30	-3.422.034,65	-3.576.026,21
DEDUÇÕES DE TRANS CORRENTES	-2.439.423,14	-3.328.280,78	-3.633.274,94	-3.133.659,62	-3.274.674,30	-3.422.034,65	-3.576.026,21
DEDUÇÕES DE TRANS INTERGOVER	-2.439.423,14	-3.328.280,78	-3.633.274,94	-3.133.659,62	-3.274.674,30	-3.422.034,65	-3.576.026,21
TOTAL	29.200.855,77	38.113.189,28	35.798.093,72	34.181.786,34	35.650.157,20	37.254.414,28	38.930.862,92

QUADRO 01 – Comparativo de Receita – Prefeitura de Jaciara – 2007 – 2011. Fonte: Prefeitura Municipal de Jaciara, 2010.

Projetado então assim, as prováveis receitas para os anos seguintes, a Prefeitura, através de sua equipe responsável pela Elaboração das Peças Orçamentárias, busca realizar com todas as suas Secretarias Municipais, os projetos e atividades a serem realizados para o próximo ano, a fim de atualizar os anteriormente apresentados no PPA vigente.

Levantados então, com as Secretaria Municipais o que as mesmas pretendem realizar, a equipe de Planejamento Orçamentário realiza uma mesclagem do exposto, retirando da lista, levantado fatos irrelevantes que não necessite investimentos financeiros alocados para a sua execução. E assim promove uma igualdade entre o que esta prevista a receber de receitas e os gastos a realizar no ano.

Após então, esse minucioso levantamento, o mesmo é levado a conhecimento de toda a população, usando para isto as audiências públicas, promovidas pela Prefeitura, onde é exposta a toda população presente o que, o governo municipal pretende gastar com a comunidade, suas ações e metas a serem alcançadas. Desta forma, a população presente, pode opinar e sugerir novas ações.

Assim, após, esta sabatina, aprovam a proposta que será encaminhada a Câmara de Vereadores para aprovação em sessão.

Levando em consideração que as audiências públicas é um ato obrigatório da Prefeitura para aprovação das peças orçamentárias, e que a mesma busca atender a todos os requisitos formais, buscando convidar a todos através de publicação em jornais, chamadas na TV e ainda encaminhando convites a autoridades especiais, é notória a pouca participação da comunidade nesse ato público, onde analisando as atas dessas audiências públicas, nota-se a pouca participação de pessoas e que as mesmas dão também pouca sugestão de projetos e atividades que poderiam ser realizados em sua comunidade e para o crescimento do município.

Após aprovado, primeiramente o PPA reformulado a ser executado nos anos seguinte, é elaborado a segunda peça orçamentária, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, na qual, nada mais é, em termos práticos, uma ramificação das ações do PPA para um ano financeiro, ou seja, a LDO, trás as metas e prioridades da gestão pública para o próximo exercício financeiro e servirá de base para a elaboração da lei orçamentária e sobre as alterações tributárias.

Com o PPA e a LDO em mãos, é então elaborada a mais importante peças orçamentárias que é, a Lei Orçamentária Anual, a qual especifica discriminadamente cada despesa a ser gasto no ano seguinte, ou seja, para cada ação definida no PPA e na LDO é detalhado como será gasto. Por exemplo, estava previsto se gastar com a ação Manutenção e Encargos com a Secretaria de Adjunta de Planejamento o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o ano de 2011, agora na LOA será detalhado, deste valor, quanto será destinado a pagamento de pessoal, encargos sociais, serviços de terceiros, material de consumo, entre outros.

Lembrando que, a LDO e a LOA seguem todos os passos percorridos pelo PPA, desde a reunião com as secretarias, até as audiências públicas e encaminhamento da proposta para o Legislativo.

Assim, a LOA deve ser elaborada em consonância com o estabelecido no PPA e na LDO, e decide detalhadamente cada gasto no ano. Lembrando que o gestor não pode realizar qualquer gasto que não esteja autorizado na Lei Orçamentária Anual, pois pode sofrer processo de improbidade administrativo, sofrendo sanção que vai de pagamento de multas até perda de mandato e prisão.

6 CONCLUSÃO

As peças de orçamento público, devem ser bem elaboradas, atendendo a todos os seus princípios constitucionais para que o seu gestor não possa responder por crimes de responsabilidade fiscal, penal, improbidade administrativa, e acima de não deixar de receber recursos oriundos de liberação estadual ou federal.

Após levantamentos feitos para a proposta orçamentária, com setores envolvidos com o orçamento público, tais como, secretarias, conselhos e principalmente a comunidade, e necessário que se realize antes de encaminhar para o legislativo, uma audiência pública, promovida pela equipe que estar coordenado a referida proposta, envolvendo a população e órgãos setoriais, com a previsão de receita e de despesas devidamente elaboradas, a fim que se possa garantir o principio da publicidade nos atos administrativos e para que se verifique se, faltou alguma solicitação que devera ser incorporação da Lei Orçamentária.

Com isto, a audiência pública tem na sua essência caráter consultivo, que objetiva recolher subsídios ou informações para o processo de tomada de decisões no âmbito do executivo e legislativo, proporciona aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões, identificar, de forma mais ampla, os aspectos relevantes à matéria objeto da audiência pública, e dar publicidade a um assunto de interesse público que estará sendo objeto de análise do Poder Municipal.

Desta forma o orçamento público é um instrumento que pode ser um elo comunidade entre o Executivo e a comunidade, podendo ser transformado em um instrumento de transparência, de intervenção e de articulação, tornando-se transparente pelo fato de expressar ações de governo, que traduzem as necessidades da sociedade em forma de ações efetivas, articuladas por representações aos principais problemas da comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, 2004